

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO

**A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA À
GLOBALIZAÇÃO *DESDE CIMA*: A IMPORTÂNCIA DA REDE**

MARCIA CRISTINA PUYDINGER DE FAZIO

Florianópolis
2010

MARCIA CRISTINA PUYDINGER DE FAZIO

**A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA À
GLOBALIZAÇÃO *DESDE CIMA*: A IMPORTÂNCIA DA REDE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira

Florianópolis
2010

Autor: Marcia Cristina Puydinger De Fazio

Título: A sociedade civil global como instrumento de resistência à globalização *desde cima*: a importância da rede

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Relações Internacionais.

Florianópolis, 16 de junho de 2010.

Orientadora: Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira - UFSC

Coordenador do Curso: Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer - UFSC

Autor: Marcia Cristina Puydinger De Fazio

Título: A sociedade civil global como instrumento de resistência à globalização *desde cima*: a importância da rede

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Relações Internacionais.

Florianópolis, 16 de junho de 2010.

Orientadora: Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira - CPGD/UFSC

Membro: Profa. Dra. Ligia Helena Hahn Lüchmann - PPGSP/UFSC

Membro: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior - UFPI

Membro suplente: Profa. Dra. Karine de Souza Silva - UNIVALI

*A todos quantos encontrei pelo
caminho.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À professora doutora Odete Maria de Oliveira, por sua orientação sempre humana, carinhosa e paciente, transmitindo força e coragem nos momentos difíceis.

À professora Thais Luzia Colaço, pelo convite que mais tarde culminou na realização deste curso de Pós-Graduação.

Aos professores Lauro Mattei e Ilse Scherer-Warren, pelos diálogos que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos colegas do mestrado, pela oportunidade do trabalho conjunto, unido e dedicado. Pela convivência divertida, que já deixa saudades.

À minha família, pelo apoio incondicional.

Aos amigos, por existirem.

A Eduardo Gonçalves Rocha, por seus conselhos sempre tão valiosos.

RESUMO

O fenômeno da globalização econômica em sua fase atual, associado ao modelo neoliberal e estruturado por meio das redes tecnológicas, vem produzindo efeitos contraditórios. A organização em escala global da produção, do comércio e do consumo gera, de um lado, avanços materiais e inclusão econômica, e de outro, pobreza e exclusão social. Trata-se de um novo tipo de pobreza e de uma nova forma de exclusão, ambas generalizadas e globalizantes, caracterizando-se como questões que já não podem ser resolvidas isoladamente no interior das fronteiras nacionais. Diante desse cenário, configurado ainda pelo fato de que as políticas estatais encontram-se predominantemente direcionadas ao favorecimento dos mercados mundializados e da economia autorregulada, formas de resistência e luta por mudanças emergem do seio da sociedade civil. Neste trabalho, o enfoque, distanciando-se de ações e mobilizações manifestas no espaço territorial nacional, recai sobre as redes da sociedade civil como meio estratégico de organização e articulação de seus atores no contexto da globalização. A partir dessa perspectiva é possível pensar na constituição de uma sociedade civil global e em ações de resistência ampliadas e potencializadas. Operar no mesmo âmbito – global – e criar uma estrutura de ação fundada no poder das redes tecnológicas, tal qual o fenômeno da globalização econômica, poderá consistir no primeiro passo de uma resistência efetiva.

PALAVRAS CHAVE: Sociedade civil – Sociedade Civil Global – Resistência – Globalização – Rede

ABSTRACT

The phenomenon of economic globalization in its current phase, associated with the neoliberal model, and structured by means of network technology, has been producing contradictory effects. The organization in a global scale of production, trade, and consumption generates on the one hand, material advances and economic inclusion; on the other hand, poverty and social exclusion. This is a new kind of poverty and a new form of exclusion, both generalized and globalizing, characterized as issues that can no longer be isolated addressed within national borders. Given this scenario, yet configured by the fact that state policies are mainly directed to favour globalized markets and the self-regulated economy, new forms of resistance and struggle for change emerge from within civil society. This study focuses, apart from actions and mobilizations performed in the national territory, on networks of the civil society as a strategic means of organization and articulation of its actors in the context of globalization. From this perspective, it is possible to project the establishment of a global civil society, and extended and maximized actions of resistance. The operation in the same scope – global – and the creation of an action framework based on the power of networking technology, as the economic globalization phenomenon, could consist on the first step towards an effective resistance.

KEY WORDS: Civil Society – Global civil society – Resistance – Globalization – Network

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

AMI – Acordo Multilateral de Investimento

ASEED – Ação pela Solidariedade, Ecologia, Equidade e Desenvolvimento

ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FEM – Fórum Econômico Mundial

FMI – Fundo Monetário Internacional

G7 – Grupo das sete principais economias capitalistas

G8 – Grupo formado pelas sete principais economias capitalistas, mais a Rússia

G20 – Grupo formado pelas maiores economias do mundo, mais o bloco europeu

MAG – Movimento Antiglobalização

NAFTA – Acordo Norte-Americano de Livre Comércio

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

UNCTAD – Órgão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de desemprego nos países da OCDE.....	45
Gráfico 2 – Distribuição geográfica da pobreza nos países em desenvolvimento...	49
Gráfico 3 – Indicadores de redução da pobreza.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 GLOBALIZAÇÃO <i>DESDE CIMA</i> : INCLUSÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL NO CENÁRIO MUNDIAL	16
1.1 Noções fundamentais da globalização <i>desde cima</i>	17
1.1.1 O percurso histórico	17
1.1.2 O modelo neoliberal	20
1.1.3 A rede tecnológica	26
1.2 Configuração da globalização <i>desde cima</i> : inclusão econômica	31
1.2.1 Relações de produção e comércio globais	31
1.2.2 Relações globais e inclusão econômica	37
1.3 Configuração da globalização <i>desde baixo</i> : exclusão social	39
1.3.1 Flexibilização no âmbito do trabalho e desemprego estrutural	40
1.3.2 Desenvolvimento material e pobreza global	47
2 A SOCIEDADE CIVIL NO ESPAÇO TERRITORIAL NACIONAL	52
2.1 Noções histórico-conceituais: a visão de Jean Cohen e Andrew Arato	53
2.1.1 O papel dos movimentos sociais	64
2.2 As redes da sociedade civil	66
2.2.1 A necessidade de tecer novas redes	70
3 A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO <i>DESDE CIMA</i>	71
3.1 Noções conceituais	72
3.2 A materialização da resistência	79
3.3 A rede tecnológica como adequado instrumento de resistência	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da sociedade civil global como possibilidade de resistência aos efeitos de pobreza e exclusão social gerados pela globalização, considerando-se que esses problemas exigem, como contrapartida, respostas generalizadas e globais. Nesse contexto, dá origem à pesquisa o seguinte questionamento: como pode ser estruturada a sociedade civil global para que suas ações reúnam as forças necessárias para consolidar uma resistência efetiva?

Trabalha-se com a hipótese de que, para resistir de modo efetivo, a sociedade civil global poderá operar em redes, criando uma estrutura de ação fundada no poder das redes tecnológicas, e utilizando-se, assim, do mesmo instrumento que permitiu às forças produtivas e ao comércio romperem fronteiras e se globalizarem.

A obra *La Globalización Depredadora: una crítica*, de Richard Falk, ofereceu a base para o desenvolvimento da pesquisa. Nela o autor aborda criticamente o atual fenômeno global neoliberal, denominando-o globalização *desde cima*. E com base nessa abordagem procura enfocar uma série de movimentos que vem emergindo do seio da sociedade civil global para questionar e se opor à ordem vigente. O autor identifica nesse cenário a emergência de outro processo que, por sua vez, denomina globalização *desde baixo*, o qual não se conduz pela lógica do mercado e cujo papel histórico consiste em contribuir para a formação de um espaço político e ideológico alternativo.

Buscando demonstrar as considerações apresentadas como hipótese, foram estabelecidos três objetivos específicos, relacionados com o desenvolvimento de cada capítulo.

O primeiro dedica-se a abordar o tema da globalização *desde cima*, focalizando especificamente suas contradições, com o propósito de apresentar o cenário ao qual vêm se opondo os atores da sociedade civil global. Verifica-se que o fenômeno da globalização, orientado pela doutrina neoliberal e estruturado por meio

das redes tecnológicas, gera avanços materiais e promove a inclusão de países e regiões na nova economia global. Contudo, por outro lado e ao mesmo tempo, provoca mudanças no âmbito do trabalho, adequando-o às leis do mercado, e agrava a situação de pobreza extrema no mundo. Dessa forma, além de acirrar muitos dos problemas sociais já existentes, motivam novas formas de exclusão que conduzem à crescente desintegração social.

O segundo capítulo expõe noções e elementos da sociedade civil, considerando que no atual contexto, em que se verifica o crescimento do poder do mercado e a reconfiguração do papel do Estado, o qual vem assumindo posição de favorecedor dos mercados autônomos e da economia autorregulada, qualquer impulso transformador partirá, necessariamente, da sociedade civil.

A compreensão das questões teórico-conceituais conforma-se por meio das asserções de Jean Cohen e Andrew Arato, entendendo que o conceito pensado por ambos é capaz de bem situar as sociedades civis, suas organizações e movimentos num contexto de globalização.

Aborda-se ainda, no segundo capítulo, sobre as redes da sociedade civil. O tema das redes perpassa toda a pesquisa, assim, parece oportuno deixar aqui alguns esclarecimentos. É importante ter em mente que, no âmbito das sociedades globalizadas, as redes passaram a constituir nova forma de relacionamento interorganizacional entre os atores da sociedade civil, apresentando-se como elemento estratégico para o empoderamento de coletivos e movimentos sociais. Devido ao avanço tecnológico e ao aprimoramento técnico, essas redes sociais puderam ser ampliadas até uma dimensão global, dando novo significado à resistência e ao papel desempenhado pela sociedade civil. É a partir dessa realidade, ou seja, da junção em redes sociais de atores localizados em lugares mais ou menos distantes, que se torna possível pensar nos contornos da sociedade civil global.

Dando continuidade aos esclarecimentos, a hipótese levantada enfoca a importância do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação pelos atores da sociedade civil global, como instrumento para a realização de suas ações e iniciativas. Desse modo, e já ingressando na temática desenvolvida no terceiro capítulo, trata-se de pensar a formação e atuação da sociedade civil global com

base em duas vertentes intrinsecamente relacionadas. Ou seja, redes sociais e redes tecnológicas compondo a resistência.

A ideia acerca da emergência de uma sociedade civil global mostra-se controversa e geradora de visões muitas vezes incompatíveis entre si. Motivo pelo qual se expõe no terceiro capítulo dois pontos de vista distintos sobre o tema – o de Jean Cohen e o de Richard Falk –, com o objetivo de, ao seguir um deles, determinar claramente os rumos e as conclusões da pesquisa.

A discordância entre ambos resulta do fato de pensarem o tema fundamentando-se em diferentes bases analíticas. Isto é, enquanto Jean Cohen recupera o seu conceito de sociedade civil, apresentado no segundo capítulo, para desenvolver noções a respeito da sociedade civil global, Richard Falk se concentra na realidade das ações sociais articuladas globalmente. A presente pesquisa segue a perspectiva de Falk, adequada por reconhecer a importância de iniciativas que, no atual contexto, não devem ser desconsideradas. Conforme se verificará, pensar os contornos da sociedade civil global segundo esse autor envolve desvinculá-la, em alguns aspectos, das características inerentes às sociedades civis nacionais. O que, por outro lado, não se faz presente nas reflexões de Jean Cohen.

Na sequência, são apresentados os muitos movimentos, protestos, manifestações, mobilizações, marchas e fóruns, que, a partir da segunda metade da década de 1990 até os dias atuais, vem marcando o cenário global. E além disso, empreende-se um retorno ao tema das redes tecnológicas, mas dessa vez como instrumento a serviço de tais iniciativas, que configuram, conforme exposto, um processo de globalização *desde baixo*.

No que diz respeito à metodologia, foi empregado o método dedutivo. Partindo de uma generalização reconhecida como verdadeira – a globalização *desde cima*, estruturada em rede, produz efeitos de exclusão social e pobreza –, procurou-se, por meio de proposições logicamente relacionadas, chegar a uma conclusão particular – para resistir a tais efeitos, a sociedade civil global deverá fundar suas ações e iniciativas no poder das redes tecnológicas.

Quanto ao método de procedimento, utilizou-se fundamentalmente a pesquisa bibliográfica. O referencial bibliográfico forneceu elementos teóricos para a compreensão do fenômeno da globalização *desde cima*, da categoria sociedade civil

e das perspectivas que envolvem a formação e atuação da sociedade civil global. Entretanto, não se mostrou suficiente para a aferição de dados que comprovassem o aumento da pobreza e da exclusão social no mundo. Em razão disso, e para esse fim, a pesquisa documental se fez necessária. A investigação baseou-se em documentos e relatórios do Banco Mundial, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização Internacional do Trabalho.

No tocante ao material bibliográfico e documental, esta autora assume inteira responsabilidade pela tradução dos idiomas estrangeiros utilizados neste trabalho.

Importa ainda ressaltar que o objeto de estudo desta pesquisa baseia-se num universo dimensionalmente amplo, o que torna necessário perpassar diferentes níveis de análise e se concentrar na realidade apresentada em escala global. A globalização e as reações também globais da sociedade civil exigem, para sua apreensão e compreensão, o exame de determinados aspectos, que certamente seriam outros se o objeto a ser observado apresentasse menor ordem de grandeza – efeitos locais do processo de globalização, por exemplo. Portanto, considera-se que, mesmo limitadas e excludentes de outras possibilidades de análise, lentes globais são adequadas para enxergar algo que contém pretensões de globalidade.¹

Por fim, a presente pesquisa dedica-se a fornecer elementos iniciais para o estudo da sociedade civil global no âmbito das Relações Internacionais, registrando a configuração de um novo cenário internacional, no qual vem emergindo novos atores. Não cabe, aqui, responder se as reações empreendidas até o momento têm sido suficientes para transformar a ordem vigente. Todavia, o trabalho encaminha para este que, sem dúvida, é um debate necessário.

Para além disso, tem-se consciência de que a proposta apresentada na dissertação é intra-sistêmica, ou seja, não propõe uma ruptura no estado de coisas, mas contém objetivos reformistas. O que parece constituir um caminho viável no atual contexto.

¹ LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 10. ed. São Paulo: Papius, 2005.

1 GLOBALIZAÇÃO *DESDE CIMA*: INCLUSÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL NO CENÁRIO MUNDIAL

*A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência.*²

O presente capítulo tem por objetivo abordar o tema da globalização *desde cima*, enfocando especificamente as suas contradições: inclusão econômica e exclusão social. Inicialmente convém apresentar noções fundamentais acerca desse fenômeno, as quais servirão como sustentáculo para o desenvolvimento dos tópicos subsequentes, elaborados em consonância com o objetivo referido. No tocante ao aspecto de inclusão econômica, salienta-se a organização em âmbito global da produção e do comércio, e a consequente inclusão de países e regiões em suas redes. No que diz respeito à exclusão social, destacam-se as condições vigentes no mundo do trabalho e o estado de pobreza global. Conforme será possível verificar, ambos os tópicos desenvolvem temas intimamente relacionados, dado que no contexto da globalização *desde cima* a exclusão social se difunde como resultado inevitável da inclusão econômica.

Ainda, deve-se ressaltar que o processo de globalização se desenvolve dentro de uma ordem internacional caracterizada pela desigualdade. Dessa forma, não é ele por si só excludente e desigual, mas é responsável por acirrar muitos dos problemas sociais já existentes, por criar novas formas de exclusão e por conduzir à crescente desintegração social.

² IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23.

1.1 Noções fundamentais da globalização *desde cima*

1.1.1 O percurso histórico

O fenômeno hoje denominado globalização tem origem antiga e, ao longo de seu percurso histórico, compôs-se por um conjunto de sucessivos processos globais, localizados em diferentes épocas e ligados a interesses diversos. Nesses termos, a globalização econômica neoliberal – globalização *desde cima* – apresenta-se como o mais recente processo global.³ Os seus antecedentes percorrem a história da humanidade, tornando-se difícil identificar um ponto ou fato isolado que represente a sua origem. Em razão disso, é oportuno retomar conjuntamente marcantes fatos históricos que, pelo caráter de suas manifestações, expandiram os horizontes da humanidade de forma até então desconhecida e ensejaram transformações que jamais deixaram de ser a causa de novas transformações.

O fenômeno remonta à Idade Antiga, considerando-se que a partir daquela época processos políticos, religiosos e comerciais conduzidos pelo anseio de conquista, expansão e poder extrapolaram fronteiras e transformaram territórios, fazendo emergir outra noção de espaço e um novo modelo de relações e fluxos.⁴

Os processos políticos remetem à expansão do mundo helênico e à construção do império romano.⁵ Os religiosos, por sua vez, reportam à difusão do cristianismo, islamismo e budismo. Com o intuito de propagar sua fé, essas religiões

³ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias Globais e suas revoluções**: elementos e estruturas. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 1. p. 13-15.

⁴ A antiguidade do fenômeno pode remontar a períodos distintos segundo o enfoque de cada autor. Enrique Ricardo Lewandowsky associa sua origem com os primeiros movimentos migratórios e dispersão do *Homo Sapiens* pelo planeta. Ver: LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Globalização, regionalização e soberania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 5-6. Para Serge Gruzinski, a origem da globalização situa-se na passagem do século XV para o século XVI quando, pela primeira vez, todos os recantos do mundo são revelados. Ver: GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século - 1480-1520**: as origens da globalização. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 96-104. A presente exposição, no entanto, baseia-se na perspectiva de Odete Maria de Oliveira. A escolha se justifica pela natureza da abordagem, ou seja, em seus elementos e estruturas, focalizando a estrutura em rede como característica determinante do fenômeno da globalização. Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias Globais e suas revoluções**: elementos e estruturas. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 1.

⁵ Ver: TOYNBEE, Arnold J. **Helenismo**: história de uma civilização. Tradução de Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

“foram conquistando novos espaços e globalizando valores, ritos, costumes e culturas, subordinando mentalidades a seus credos e a suas relações religiosas”⁶. Também o comércio apresentou tendências de expansão, concretizando relações a longas distâncias e estabelecendo novos fluxos de interação, num processo em contínuo aprimoramento, até chegar ao potencial dos dias atuais.

Já na Antiguidade, as relações comerciais tendiam a superar distâncias através dos corredores e rotas de comércio que perpassavam áreas geográficas distintas, interligando regiões, envolvendo e influenciando diferentes povos e proporcionando o aprimoramento de técnicas e tecnologias que permitiram intensificar a circulação de mercadorias. Tais relações avançaram durante o período medieval e prepararam as grandes transformações desencadeadas no porvir.⁷

Na Idade Moderna, o palco das relações e as próprias relações transformam-se. Aceleradas, intensas e diversificadas, elas configuram um novo espaço mundial de contatos por meio do comércio ultramarino. Segundo Lewandowski, as aventuras marítimas representam feito de grande impacto para a humanidade, expandindo os horizontes do mundo como somente as conquistas do império romano haviam promovido até então.⁸ Esse é para Serge Gruzinski e Aldo Ferrer o momento de origem do fenômeno da globalização. Justificam-no com base em razões distintas, porém complementares. E, para esta dissertação, suas explicações delineiam o início de um novo processo global.

De acordo com Gruzinski, o que se globaliza na passagem do século XV para o XVI é o conhecimento do outro. Marcada pelo início do expansionismo ibérico, a globalização corresponde a um fenômeno de “desencravamento”, quer dizer, “corresponde ao fato de setores do mundo que se ignoravam ou não se freqüentavam diretamente serem postos em contato uns com os outros.”⁹

⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 44.

⁷ Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 133-145. Ver também: FERRER, Aldo. **Historia de la globalización**: orígenes del orden económico mundial. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 55-88.

⁸ LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Op. cit., p. 12-13.

⁹ GRUZINSKI, Serge. Op. cit., p. 97.

É um feito dos portugueses estabelecerem a comunicação entre a Europa e África, e depois entre a Europa e a África e a Ásia. É obra conjunta dos ibéricos pôr em relação a Europa com a América – Labrador, Caribe, costa da América do Sul, Brasil – e a América com a África, decorrência do início do tráfico de escravos transatlântico.¹⁰

Na perspectiva de Ferrer, “a presença dos europeus na África, Ásia e no Novo Mundo, integrou, pela primeira vez, um mercado de dimensão planetária.”¹¹ Iniciava-se, sob hegemonia europeia, a Primeira Ordem Econômica Mundial.¹²

Seguindo as tendências de expansão do comércio, com a Revolução Industrial o mesmo alcançou proporções sem precedentes.

[A] certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do setor produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.¹³

Em decorrência, mudanças importantes se manifestaram na economia e no comércio. As inovações tecnológicas oriundas do processo de industrialização modificaram a atividade produtiva que, por sua vez, permitiu a ampliação e dinamização do comércio internacional. Dessa maneira, as economias nacionais se conectaram mais intensamente, conformando, para além de um mercado de dimensões planetárias, uma economia mundial.¹⁴ Todavia, a mais relevante mudança desencadeada nesse período consiste no fato de que “[a] partir da Revolução Industrial, sem pausas e em medida crescente, a tecnologia se converteu

¹⁰ Idem, p. 98.

¹¹ No original: “la presencia de los europeos en África, Ásia y el Nuevo Mundo integró, por primera vez, un mercado de dimensión planetaria.” In: FERRER, Aldo. Op. cit., p. 14.

¹² Ver: FERRER, Aldo. Op. cit., p. 179-183. Nesse mesmo contexto Odete Maria de Oliveira explica: “Uma nova economia se fazia anunciar – economia-mundial –, a qual subordinava a vida econômica européia ao mercado de especiarias orientais, ao tráfico de escravos negros e à retirada vergonhosa e sem precedentes de ouro e prata da América. Durante esse período de estranhas fontes de riqueza – subtração – [a] Europa desenvolveu dinâmica expansão comercial, não encontrando paralelo em nenhuma outra civilização anterior, processo que em 1900 daria ao Velho Continente o domínio sobre os demais e sobre a maior parte do mundo.” In: OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 151.

¹³ HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 50.

¹⁴ Ver: FERRER, Aldo. **Historia de la globalización II**: la revolución industrial y el segundo orden mundial. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

no protagonista decisivo da mudança econômica, social e política.”¹⁵ Desenvolvendo-se no ritmo acelerado que lhe é próprio, as inovações tecnológicas lançaram as bases da atual fase do processo de globalização.

No tocante ao percurso histórico, é ainda importante acrescentar que a formação de estruturas em rede se apresenta como “característica determinante do fenômeno de todas as globalizações”¹⁶. Nesses termos, cada um dos processos globais referidos, por se localizarem em diferentes épocas, apresenta tipos específicos de redes, o que determina o alcance, a velocidade e a intensidade dos fluxos. Assim sendo, a singularidade dos elementos (fluxos) e estruturas (redes) que revestem o fenômeno da globalização em suas diversas fases permite identificar, ao longo de seu percurso histórico, o prolongamento de projeções globalizantes. Se nas Idades Antiga e Medieval os fluxos globais apresentavam-se irregulares e transitórios porque dependentes das estruturas dessas épocas, ou seja, de meios de transporte e comunicação pouco desenvolvidos; na Idade Moderna¹⁷ se diferenciam, apresentando-se intensos e dinâmicos. Por fim, na Idade Contemporânea, especificamente após a Segunda Guerra Mundial, o avanço tecnológico permite que fluxos instantâneos percorram, sem limite de tempo e espaço, redes virtuais informatizadas.¹⁸

Abordado o percurso histórico, a seguir inicia-se o estudo de características específicas do mais recente processo global.

1.1.2 O modelo neoliberal

Contemporaneamente, falar em globalização implica considerar que “[...] para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora a

¹⁵ No original: “A partir de la Revolución Industrial, sin pausas y en medida creciente, la tecnología se convirtió en el protagonista decisivo del cambio económico, social y político.” In: Idem, p. 13.

¹⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 290.

¹⁷ Odete Maria de Oliveira salienta que autores compreendem como Idade Moderna o período que se estende do século XV até a Segunda Guerra Mundial. In: Idem, p. 293.

¹⁸ Idem, p. 289-300.

unidade operacional básica”.¹⁹ Nesse contexto, as unidades nacionais se encontram inseridas num espaço mais amplo de tomada de decisões e realização das atividades econômicas.

Essa ordem econômica global, instalada no final do século XX, segue o modelo neoliberal de organização da economia e da sociedade, o qual preconiza, essencialmente, o mercado: o mercado total ou o caos.²⁰ Assim sendo, o fenômeno da globalização em sua fase atual está associado à ascensão do mercado e do capital desregulado a uma posição de grande controle. Não obstante, é necessário deixar claro que o conjunto ideológico neoliberal não lhe é intrínseco, mas reflete a consolidação de preferências políticas.

Richard Falk esclarece que o processo de globalização poderia orientar-se para outra direção que não a dos mercados autônomos.

[...] o fenômeno da globalização supõe, fundamentalmente, um desenvolvimento material que é reflexo da expansão das capacidades tecnológicas a uma escala global, assim como da desterritorialização destas graças à informática e à internet. Estes avanços poderiam ter seguido os passos de outras imagens alternativas do mundo, economicistas ou não economicistas, incluindo vários matizes do keynesianismo, diferentes tipos de democracia neosocial e um grande número de enfoques possíveis da economia política que deve aplicar o governo, ou seja, de como manejar optimamente as relações básicas entre a atividade econômica e a sociedade.²¹

Feitas essas considerações, é oportuno expor algumas noções a respeito da teoria neoliberal e de sua afirmação irrestrita das leis do mercado. Verificado tal

¹⁹ HOBBSAWN, Eric. J. **A era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 24.

²⁰ Sobre o tema ver: HINKELAMMERT, Franz Josef. **Crítica à razão utópica**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1988. p. 47-94.

²¹ No original: “[...] el fenómeno de la globalización supone fundamentalmente un desarrollo material que es reflejo de la expansión de las capacidades tecnológicas a escala global, así como de la desterritorialización de éstas merced a la informática e internet. Estos avances podrían haber seguido los pasos de otras imágenes alternativas del mundo, economicistas o no economicistas, incluyendo varios matices del keynesianismo verde, diferentes tipos de democracia neosocial y un gran número de enfoques posibles de la economía política que debe aplicar el gobierno, es decir, de cómo manejar óptimamente las relaciones básicas entre la actividad económica y la sociedad.” In: FALK, Richard. **La globalización depredadora**: una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 2.

aspecto, será possível atentar para as referidas contradições do fenômeno da globalização *desde cima* – inclusão econômica e exclusão social.

O neoliberalismo caracteriza-se como doutrina política e econômica que recupera as bases do liberalismo clássico e resgata o seu aporte teórico sem, no entanto, com ele se confundir. Os ideais neoliberais foram colocados em prática a partir da década de 1980, contudo, sua base teórica vinha sendo construída desde o período entre guerras. A crise do liberalismo clássico no final do século XIX não impediu que o ideário liberal se mantivesse presente em tais produções teóricas.²² “A tese dos neoliberais é que o liberalismo não fracassou, mas foi abandonado sem que tenha sido posto totalmente em prática.”²³

Perry Anderson²⁴ afirma que foi com a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra²⁵, quando as economias capitalistas tornaram-se instáveis, que as ideias neoliberais começaram a ganhar terreno. Surgia, então, o cenário mundial adequado para que, juntamente com todo o peso da longa construção teórica, os neoliberais falassem ao mundo.²⁶

A partir de então, as políticas do Estado de bem-estar social, intervencionista e regulador da economia, foram gradativamente substituídas pelas

²² Ludwig Von Mises, Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman são considerados os grandes expoentes do neoliberalismo. Suas obras constituíram marcos teóricos referenciais, formadores de forte corrente de pensamento que exerceu todo o seu peso no momento de colocar em prática teorias que, até aquele momento, não haviam encontrado ressonância no cenário político e econômico. Também merece destaque a chamada Sociedade de Mont Pelérin. Formou-se em 1947 a partir de uma reunião convocada por Friedrich August Von Hayek realizada pela primeira vez em Mont Pelérin, na Suíça; contou com a participação de seletos grupo de teóricos contrários ao Estado de bem-estar social europeu e ao New Deal norte-americano. Essa sociedade ainda existe e permanece ativa, promovendo reuniões internacionais regularmente. Para obter informações, acessar: <<http://www.montpelerin.org>>. Sobre o itinerário do liberalismo ao neoliberalismo ver: HOLANDA, Francisco Uriam Xavier. **Do liberalismo ao neoliberalismo**: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

²³ HOLANDA, Francisco Uriam Xavier. Op. cit., p. 41.

²⁴ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 10.

²⁵ Sobre essa crise, ver: HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XXI – 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 393-405.

²⁶ Francisco Uriam Xavier de Holanda declara, sobre esse contexto histórico, que “[da] década de 30 até a década de 70 deste século, a resposta à crise do capitalismo foi a ampliação do intervencionismo. O Estado assumiu a concorrência de mercado, a política do equilíbrio com desemprego (keynesiana), combinando-a com uma ampla política social. Com a crise econômica mundial do capitalismo no final da década de 70, o neoliberalismo atacou dos muros das academias e das instituições de pesquisa afirmando que a crise do capitalismo foi resultante da ação intervencionista organizada do Estado na economia.” In: HOLANDA, Francisco Uriam Xavier. Op. cit., p. 46.

políticas do Estado mínimo neoliberal. As eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, representam o marco inicial efetivo dessa mudança que, após ter sido amplamente difundida na Europa e nos Estados Unidos²⁷, foi do mesmo modo introduzida na América Latina por meio do chamado Consenso de Washington²⁸.

Adotar medidas que restrinjam a atuação estatal e limitem o seu controle sobre as atividades econômicas são, fundamentalmente, as políticas constituintes do Estado mínimo – liberalização do comércio, privatizações, minimização da regulação econômica, diminuição do papel do Estado do bem-estar social, redução dos gastos com políticas públicas, reforço da disciplina fiscal, fluxo mais livre de capital, controle estrito sobre as organizações sindicais, redução dos impostos e repatriação sem restrições do dinheiro.²⁹ Por outro lado, praticar um modelo econômico de livre mercado significa, basicamente, que “os problemas reais da produção e distribuição de recursos e da organização social devem ser resolvidos pelas forças do mercado”.³⁰ Diante dessa perspectiva, todas as demais prerrogativas humanas subordinam-se à prevalência do mercado. É no seu âmbito que os indivíduos se realizam, bem como realizam suas preferências, e qualquer tentativa de controle –

²⁷ “Na longa visão da história, tanto a ‘dama de ferro’ como o ‘cowboy do Oeste’ mudaram a agenda de seus povos e talvez a agenda mundial, que inclui quase invariavelmente a desregulamentação, a privatização, a desgravação fiscal, a liberalização comercial e a globalização financeira.” Ver: A dama de ferro. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 1059. Ver também: O Thatcherismo como doutrina. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 993-999.

²⁸ Paulo Nogueira Baptista explica que o Consenso de Washington é o resultado de uma reunião ocorrida em 1989, nos Estados Unidos, da qual participaram funcionários do governo norte-americano e das organizações financeiras internacionais sediadas em Washington – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Internacional do Desenvolvimento. O objetivo dessa reunião, convocada sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina. Reformas essas que, com o apoio das instituições financeiras, aplicavam as políticas neoliberais que a Administração Reagan vinha transmitindo desde 1981. A avaliação realizada pelos participantes da reunião apenas registrou o consenso acerca da excelência das reformas. Nesse contexto, “ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral.” Ver: BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 2. ed. São Paulo: PEDEX, 1994. p. 5-10 e 26-39.

²⁹ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. Op. cit., p. 9-23.

³⁰ McCHESNEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 8-9.

por meio do planejamento econômico ou intervenção estatal na economia – implica a perda da liberdade individual e a instalação do caos.³¹

Para o neoliberalismo, a realização individual, ou seja, a satisfação e conquista de desejos e preferências, pode naturalmente ocorrer de forma desigual. As capacidades variam, assim como a utilização do conhecimento e o aproveitamento das oportunidades, o que torna quase inevitável a distribuição desigual de alguns benefícios. Contudo, para Friedrich Hayek, esse não é um problema, pois “é graças à ação dos pioneiros de ontem que, hoje, os menos afortunados ou os menos dinâmicos podem percorrer novos caminhos.”³² Nesses termos, continua o autor, a desigualdade econômica não existe como algo a ser combatido, e a pobreza já não pode ser encarada como conceito absoluto. Na verdade, o avanço econômico rápido e o progresso seriam impossíveis sem elas. Convém acompanhar os argumentos de Hayek.

O progresso num ritmo tão rápido não pode ocorrer em uma frente uniforme, mas de forma escalonada, ficando alguns bem adiante dos outros.

É errôneo pensar que essas possibilidades são, desde o começo, um bem comum da sociedade, que seus membros poderiam partilhar imediatamente; transformam-se em um bem comum somente mediante aquele processo lento pelo qual as realizações de uma minoria se tornam acessíveis à maioria.³³

Dessa forma,

[a]quilo que hoje pode parecer mera extravagância, ou até desperdício, porque é usufruído por uma minoria e nem mesmo sonhado pelas massas, é o preço da experimentação com um estilo de vida que, eventualmente, também se tornará acessível à maioria.

No entanto, enquanto as distâncias forem mais ou menos constantes e todos os degraus da pirâmide de renda estiverem razoavelmente ocupados, não se pode negar que os que se encontram nos degraus

³¹ Ver: HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Tradução de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

³² HAYEK, Friedrich A. **Os fundamentos da liberdade**. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 44.

³³ Idem, p. 42-43.

inferiores da escala se beneficiam materialmente do fato de que outros estão mais à frente.³⁴

Somente o mercado garante a liberdade necessária para que o indivíduo, utilizando-se de sua capacidade e aproveitando as oportunidades, aja segundo seus próprios planos e realize suas preferências. Nisso consiste o significado de liberdade para os neoliberais, não estando qualquer homem sujeito à vontade de outrem.³⁵

Em verdade, essa doutrina econômica, fundada no individualismo, desconsidera aspectos de justiça social³⁶ em nome de relações humanas mercantilizadas e, assim, legitima uma sociedade desigual. Isso porque o mercado não é capaz de funcionar como alocador justo, racional e democrático de bens e serviços, mas produz a seleção dos mais aptos no jogo da concorrência. Dessa forma, o modelo atual de globalização denota um fenômeno que se manifesta de modo desigual sobre as diversas partes do mundo, conformando um processo dialético de unificação e fragmentação.³⁷

É importante ressaltar, por fim, que esse modelo – *desde cima* – tem sua estrutura fundada no poder das redes tecnológicas, fator que permite a difusão de sua ideologia e a concretização instantânea de seus pressupostos. Conforme apontado no item anterior, o fenômeno da globalização estruturou-se, a depender do momento histórico, em particulares tipos de redes que, por sua vez, determinaram o alcance, a velocidade e a intensidade dos fluxos. E, no que diz respeito à fase atual, fluxos intensos e instantâneos percorrem, sem limite de tempo e espaço, redes virtuais informatizadas. Passa-se, então, no item seguinte, a abordar sobre o avanço

³⁴ Idem, p. 44-46.

³⁵ “Na visão neoliberal, *o homem só é livre à medida que os preços são livres*. A libertação do homem é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tornando os preços livres, o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida [que] esse exercício possa entrar em conflito com as leis do mercado. Liberdade é mercado. E não pode haver intervenção estatal no mercado em nome da liberdade.” In: HINKELAMMERT, Franz Josef. Op. cit., p. 76-77.

³⁶ “Tomando por base o pensamento neoliberal, a raiz de todos os males está no amor à justiça social, por ser implicitamente a pretensão do conhecimento total. Por outro lado, a raiz de todos os bens encontra-se no amor pelo dinheiro, o mercado e o capital. [...] quem pretender o conhecimento total tem que ser como Deus. Mas, para assegurar a justiça social desafiando o mercado, é preciso saber tudo. Assim, a reivindicação da justiça social é igual à pretensão de ser como Deus.” In: Idem, p. 92-93.

³⁷ Sobre o tema ver: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias Globais e suas revoluções: fragmentações do mundo**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 3.

tecnológico desencadeado na segunda metade do século XX e sua relação com o processo de globalização.

1.1.3 A rede tecnológica

Para o estudo das redes tecnológicas como estrutura sobre a qual assenta o fenômeno da globalização, parte-se de dois acontecimentos concomitantes que se manifestaram vigorosamente no final do século XX. O primeiro se refere à revolução tecnológica concentrada no desenvolvimento das tecnologias da informação, e o segundo diz respeito à reestruturação do capitalismo.³⁸

Dos referidos processos, cada sociedade, envolvida em sua história, cultura, instituições e relações, participa de maneira distinta. Ademais, a dinâmica – paradoxalmente inclusiva e excludente – destes processos determina a forma pela qual participarão indivíduos, países e regiões, a depender da sua localização ou não nos espaços considerados pertinentes ou significantes. Dessa forma, é fundamental esclarecer que neste tópico o tema será desenvolvido enquanto fato global, entendendo-se que as mudanças desencadeadas no final do século XX afetam todas as sociedades, ainda que singularmente. “[O] entendimento de uma transformação global requer a perspectiva mais global possível.”³⁹

No tocante à revolução da tecnologia da informação, realizou-se a partir da convergência de sucessivos eixos de transformações tecnológicas, que consistiram em inovações na microeletrônica, telecomunicações e computação, e se difundiram amplamente na década de 1970.⁴⁰

³⁸ Sobre a reestruturação do modo de produção capitalista, registra-se que se caracteriza, entre outras coisas, pela “intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade”, seguindo pressupostos neoliberais. Ver: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 39-40.

³⁹ Idem, p. 42.

⁴⁰ Para mais informações sobre esse percurso histórico, ver: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 75-96.; CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de

Nos Estados Unidos, mais precisamente no denominado Vale do Silício⁴¹, estava presente a combinação de fatores necessária para sua concretização. Desse local, fonte notável de descobertas, não tardou até que surgisse o novo paradigma tecnológico, difundido pelo globo, sob o qual se vive hoje.⁴²

Em importância, observa Manuel Castells, essa revolução se compara à Revolução Industrial e, da mesma forma, induz “um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura.”⁴³ No entanto, diferindo de qualquer precedente, no âmago das mutações desencadeadas está o tratamento da informação e da comunicação com base em novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Isso não quer dizer que a Revolução Industrial, em suas duas fases, tenha prescindido de novos conhecimentos, tecnologia e informação. Em verdade, não se realizaria sem tais elementos. O que muda, entretanto, no contexto da revolução informacional, é o modo como se aplica e utiliza o conhecimento e a informação, assim como o significado de ambos para as sociedades.⁴⁴

A tecnologia insere-se nas relações de interação entre o indivíduo e o meio em que este vive e, a cada momento, ao lhe oferecer novas possibilidades de ação, dá ensejo a processos de mudança na organização social. No que concerne às novas tecnologias da informação, um novo padrão sócio-técnico se estabeleceu, penetrou em todas as esferas da atividade humana⁴⁵ e caracterizou as novas

Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 13-33. Para uma visão primordialmente técnica, ver: OSBORNE, Adam. **A nova revolução industrial na era dos computadores**. Tradução de Auripebo Berrance Simões. São Paulo: McGraw-Hill, 1984.

⁴¹ “É um nome de gíria para a área geográfica entre San Francisco e San Jose, Califórnia. A principal indústria desta área é a fabricação de semicondutores e ‘chips’ microeletrônicos feitos de silício.” In: OSBORNE, Adam. Op. cit., p. 141.

⁴² Sobre a localização inicial da revolução tecnológica e sua difusão pelo mundo, ver: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 96-107.

⁴³ Idem, p. 68.

⁴⁴ “O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso [...]. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos.” In: Idem, p. 69.

⁴⁵ Castells explica que um dos aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação é a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Segundo o autor, “como a informação é uma parte integral de toda a atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico.” In: Idem, p. 108.

tecnologias não somente como ferramentas para a ação, mas também como parte componente de novas relações sociais e nova forma de vida.⁴⁶

Nesse contexto, assiste-se à configuração de sociedades informacionais em rede, as quais são regidas por uma “forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder”.⁴⁷ Além disso, na condição de novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo⁴⁸ enseja o padrão de descontinuidade posto em marcha pela revolução tecnológica, e reorganiza a sociedade tendo por base novos pressupostos.

Entre as mudanças resultantes desse processo, interessa a esta pesquisa o surgimento de nova estrutura social que acompanha a dinâmica própria dos sucessivos eixos de transformações tecnológicas. Trata-se da conformação de redes tecnológicas que remodelaram as estruturas sociais e organizaram funções e processos também em torno de redes, compondo a denominada sociedade em rede.

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.⁴⁹

O campo das novas tecnologias possibilitou a proliferação dos meios de comunicação e a construção de redes de informação e comunicação instantâneas que operam em âmbito global, integrando o mundo por meio de verdadeira teia eletrônica.

⁴⁶ CADOZ, Claude. **Realidade virtual**. Tradução de Paulo Goya. São Paulo: Ática, 1997. p. 62-68.

⁴⁷ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 65. Nota 30.

⁴⁸ O informacionalismo consiste, para Manuel Castells, num novo modo de desenvolvimento que surgiu no contexto da revolução tecnológica informacional. Diferentemente do industrialismo, o modo de desenvolvimento dominante após a Revolução Industrial, “o informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação. Embora graus mais altos de conhecimentos geralmente possam resultar em melhores níveis de produção por unidade de insumos, é a busca por conhecimentos e informação que caracteriza a função da produção tecnológica no informacionalismo.” In: Idem, p. 54.

⁴⁹ Idem, p. 565.

A Internet emerge como “o tecido de nossas vidas”⁵⁰. Exercendo o papel de rede das redes, constitui a base para a organização da nova estrutura social ao permitir a comunicação de muitos com muitos e, com isso, possibilitar a articulação e coordenação de ações globais.⁵¹ Seu funcionamento flexível e descentralizado dá ensejo à formação de redes de informação, que hoje proliferam em todos os domínios da sociedade. “Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela, como por outras redes de computadores.”⁵²

A forma como funcionam as redes garante o substrato reestruturador das sociedades. Compostas por nós interconectados, constituem um espaço de fluxos sem distância ou limites. Suas estruturas abertas e sempre capazes de se expandirem lhes proporcionam a flexibilidade necessária para constante inovação – as redes se reinventam e se reorganizam.⁵³ Assim sendo, uma “estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.”⁵⁴

Essa dinâmica permitiu às forças produtivas, ao comércio e consumo romperem fronteiras e se organizarem em escala global⁵⁵, proporcionando, assim, a transição para a nova economia global. Não se desconsidera, nesse contexto, o exercício político de desregulamentação e liberalização econômica e financeira empreendido pelos governos dos Estados, fator igualmente responsável pelos fluxos de capitais, bens e serviços, bem como pela movimentação ilimitada e pela descentralização dos meios de produção. A rede tecnológica, no entanto, assume o papel de “infovias” nas quais esses fluxos transitam.

⁵⁰ CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7

⁵¹ Diante dessa perspectiva, a Internet serve igualmente a todos os setores da sociedade, pois permite que também os movimentos da sociedade civil articulem e coordenem ações globais. Ela guarda em si potencialidades que abrem espaço para novos fluxos e permitem relações para além do capital e do mercado. Esta temática será mais detalhadamente trabalhada no Capítulo 3.

⁵² CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 8.

⁵³ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 566.

⁵⁴ Idem, ibidem.

⁵⁵ “O fenômeno da globalização econômica em rede inaugurou singular processo global de interação entre economia informacional e cultura virtual, no qual o sistema complexo da rede constitui o fio condutor da produção, mercado, distribuição e consumo. Desse modo, o desenvolvimento do sistema rede nos últimos tempos tornou-se fator determinante nos processos de produção tanto de bens como de serviços.” In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias Globais e suas revoluções**: impérios de poder e modos de produção. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 2. p. 203-204.

Castells afirma que, no final do século XX, o capitalismo se utilizou da revolução tecnológica como ferramenta fundamental para executar a sua reestruturação, sem a qual o novo modo de produção capitalista global teria sido uma realidade muito limitada. “É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto.”⁵⁶

Embora em momentos anteriores a economia tenha apresentado perfil de interdependência mundial, somente com a infraestrutura proporcionada pela tecnologia da informação é capaz de funcionar em tempo real numa escala planetária, tornando-se cada vez mais improvável pensar em unidades econômicas autônomas representadas pela figura dos Estados-nação.⁵⁷ É importante, contudo, ressaltar que esse fato não a transforma numa economia planetária, pois “não abarca todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade.”⁵⁸ Em verdade, não são todas as áreas do globo que interessam à economia global. O mercado e o capital mostram-se seletivos quando se trata de geração de lucros e acumulação de riquezas, razão pela qual a globalização *desde cima* figura como fenômeno contraditoriamente inclusivo e excludente.

A globalização das forças produtivas e do comércio representa um processo de crescente interdependência entre as economias nacionais ao ampliar a área de produção e circulação de capital, bens, serviços, tecnologias e informação; o que tem permitido – de modo ainda desigual, é certo – a inclusão/participação de países e regiões na nova economia global. É com base nessa noção que a seção seguinte dedica-se a expor sobre o aspecto de inclusão da globalização *desde cima*.

⁵⁶ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 119.

⁵⁷ Idem, p. 142-143.

⁵⁸ Idem, p. 173.

1.2 Configuração da globalização *desde cima*: inclusão econômica

No contexto da globalização *desde cima*, a organização em escala global das atividades de produção e comércio baseia-se em dois fatores fundamentais: por um lado, a adoção de medidas de matriz neoliberal que compreendem, em essência, a mínima regulação econômica, a liberalização do comércio e o fluxo livre de capitais e, por outro, a nova estrutura tecnológica.

Neoliberalismo e tecnologia são os dois campos de discussão abertos na seção anterior e, por já terem sido amplamente trabalhados, não farão parte, a não ser de forma instrumental, da temática que ora se desenvolve. Não obstante, é importante tê-los sempre em mente, pois norteiam a manifestação atual do fenômeno da globalização.

1.2.1 *Relações de produção e comércio globais*

A produção estruturada em escala global tem como regra primeira a descentralização. Atualmente, o que se pode chamar de um tipo de rede produtiva de alcance global organiza a produção⁵⁹, a qual conta com amplo número de participantes, localizados em lugares distintos e conectados por fluxos instantâneos de comunicação e informação. Cada vez menos o regime de produção se constitui pela lógica de que *um* produto produzido por *um* grupo de trabalhadores pertence a *um* empresário.⁶⁰ Assim sendo, pode-se dizer que a “globalização na esfera produtiva corresponde ao fenômeno da produção mundial de um bem para o qual muitas economias nacionais contribuíram com diferentes aportes de insumos.”⁶¹

⁵⁹ Para mais informações, ver: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 209-263.

⁶⁰ DANTAS, Marcos. Capitalismo na Era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na Era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 222.

⁶¹ SANTOS, Ângela Moulin Penalva. Globalização econômica e financeira na América Latina: a inserção das economias latino-americanas na nova ordem econômica. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Seminário Internacional globalização na América Latina: integração solidária**. Brasília, 1997. p. 61.

No que diz respeito ao comércio, a exposição a respeito do percurso histórico do fenômeno da globalização, realizada anteriormente, aponta que sua dimensão internacional não constitui realidade recente. Contudo, em que pese o comércio internacional tenha, em momentos anteriores, alcançado grandes proporções, nunca esteve propriamente organizado em escala global com capacidade para percorrer todas as áreas do planeta. Conforme observa Odete Maria de Oliveira⁶², a soma de vários fatores contribuiu para o incremento de relações comerciais globais, resultando em singular mobilidade de bens e serviços direcionados a mercados globais de todos os continentes. As inovações tecnológicas, a revolução da informação, o progresso técnico e o baixo custo da comunicação e dos transportes são alguns desses aspectos. Por outro lado, a adoção de políticas governamentais deliberadamente orientadas para o afastamento de barreiras ao comércio constitui fato de grande relevância que também contribuiu para a organização do comércio em escala global.

A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, representa o surgimento de importante marco regulatório.⁶³ Destinada a implementar e administrar um sistema multilateral de comércio fundamentado em regras claras que prescrevem a substancial redução das tarifas e outras barreiras, assim como a eliminação do tratamento discriminatório nas relações comerciais, a OMC constitui-se como principal instrumento de liberalização do comércio global.⁶⁴ Por intermédio de acordos multilaterais, densas redes de comércio integram globalmente os seus 153 membros.⁶⁵

As redes globais de produção e comércio constituem mercados consumidores também globais. Em verdade, garantir sempre novos e cada vez mais amplos mercados em todo o mundo faz parte do jogo da concorrência acirrada

⁶² OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: DAL RI JÚNIOR. Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Direito Internacional Econômico em expansão: desafios e dilemas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 930.

⁶³ Para mais informações sobre a criação e funcionamento da OMC, ver: BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Doha. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 9-26.; BARRAL, Welber; PRAZERES, Tatiana. Solução de controvérsias. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 27-45.

⁶⁴ WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Marrakesh Agreement Establishing The World Trade Organization. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

⁶⁵ Ver: WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Understanding the WTO: Members and Observers. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

imperante nos dias atuais. Naturalmente, isso não significa o desaparecimento da produção de bens e serviços para o âmbito doméstico, e tampouco das relações comerciais estabelecidas no espaço estritamente nacional, até porque não são todas as empresas que atuam mundialmente. Todavia, não se pode esquivar da tendência de que “a meta estratégica das empresas, grandes e pequenas, é comercializar onde for possível em todo o mundo, tanto diretamente como através de suas conexões com redes que operam no mercado mundial.”⁶⁶ Dessa forma, a propensão é de que a produção e o comércio nacionais estejam sob influência da competência global, sujeitando dia-a-dia as economias domésticas às regras determinativas do mercado mundial.⁶⁷

O desejo de sobreviver ao jogo da concorrência e conquistar espaço nesse mercado dinamiza fortemente a produção nacional, gerando um relacionamento estreito entre comércio global e economia interna.⁶⁸ Nessa perspectiva, “o comércio tornou-se parte importante do desenvolvimento e da prosperidade econômica nacional.”⁶⁹ Atualmente, a maioria dos países se relaciona com o sistema de comércio global, haja vista a totalidade de membros integrantes da OMC.

No âmbito desses países, empresas e redes de empresas são as verdadeiras unidades de produção e comércio⁷⁰, cenário no qual as empresas transnacionais exercem um papel preponderante. São as grandes vencedoras no jogo da concorrência e efetivamente concretizam a meta estratégica de comercializar em todo o mundo. Assim sendo, é pertinente enfocá-las.

As empresas transnacionais constituem o núcleo da rede produtiva global. Dominando as tecnologias estratégicas e as marcas, ocupam o centro de uma constelação de empresas grandes, médias e pequenas que participam da realização do produto final.⁷¹ Essa afirmação pode ser exemplificada levando-se em conta a forma de atuação da corporação italiana Benetton. Dedicada ao setor de vestuário e outros acessórios, “a Benetton começa a produzir em Milão e termina num subúrbio

⁶⁶ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 156.

⁶⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 931.

⁶⁸ Idem, p. 930.

⁶⁹ Idem, ibidem.

⁷⁰ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 156.

⁷¹ DANTAS, Marcos. Op. cit., p. 221-222.

de uma populosa cidade qualquer do Sudeste da Ásia, através de terceiras empresas.”⁷² E esse é apenas um dentre muitos outros exemplos que poderiam ser aqui mencionados.⁷³

Além disso, a partir de redes que organizam a própria estrutura empresarial em unidades distintas, as empresas transnacionais se movimentam pelo mundo de modo peculiar, num processo que, sob o imperativo do mercado e do capital, parece ser incontrolável. Empresas transnacionais estendem-se para além das fronteiras dos Estados nacionais em que mantêm sua sede ou matriz, instalando unidades de produção em diversos países. “Estamos presentes em mais de 190 países do mundo, constata orgulhoso Heinrich Von Pierer, diretor presidente da Siemens.”⁷⁴ Em face do fracionamento da cadeia produtiva, elas possuem o montante de seus ativos e de seus resultados descentralizados e no exterior⁷⁵, e são administradas por indivíduos de origens nacionais distintas. Com essa estrutura, modificável ao sabor dos interesses do maior lucro, suas ações e decisões escapam da ótica nacional e não estão ao alcance do controle estatal.⁷⁶

Após a Segunda Guerra Mundial essas empresas passaram a exercer um papel de destaque no cenário internacional. Durante os 25 anos que se seguiram à guerra, proliferaram em número jamais visto, cresceram em dimensões anteriormente desconhecidas e passaram a desempenhar funções que não haviam desempenhado no passado. Referida ampliação quantitativa e qualitativa, aliada ao

⁷² Idem, p. 222.

⁷³ “Outra grande corporação do mesmo ramo, a Nike, inicia o seu ciclo de produção no estado americano de Oregon e o conclui também no Sudeste Asiático, igualmente subcontratando confecções. Boa parte da produção de automóveis da Toyota circula por dezenas de empresas em várias partes da Indonésia, Malásia, Taiwan, antes de o carro montado final, ostentando a marca taurina da corporação japonesa, ganhar o mercado mundial.” In: Idem, *ibidem*.

⁷⁴ BOXBERGER, Gerald e KLIMENTA, Harald. **As dez mentiras da globalização**. Tradução de Inês Antônio Lohbauer. São Paulo: Aquariana, 1999. p. 20.

⁷⁵ A descentralização dos ativos e dos resultados das empresas transnacionais é possível graças à mobilidade global do capital, uma marca da globalização financeira. O que permite que os resultados de unidades empresariais sejam remetidos à matriz, reinvestidos em novas unidades produtivas onde se mostrar mais vantajoso, ou ainda aplicados no mercado financeiro, de acordo com a política empresarial. Isso significa que os lucros advindos das atividades de produção não necessariamente se reverterão em investimentos locais.

⁷⁶ CARVALHO, Getúlio. **Multinacionais: os limites da soberania**. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

contexto político e econômico, permitiu-lhes operarem em escala verdadeiramente global.⁷⁷

Segundo estudo recente realizado por James Petras⁷⁸, são hoje quinhentas as empresas transnacionais consideradas mais importantes. Concentram seu poder em diferentes setores e mantêm o monopólio sobre o comércio varejista, o setor de tecnologia da informação, os meios de comunicação de massa e entretenimento, o setor militar-industrial, o de programas e serviços de informática e o financeiro.

O autor afirma que 91% dessas empresas são de nacionalidade norte-americana, europeia e asiática; sendo que 73% desse total encontram-se na esfera de poder configurada pelos Estados Unidos e Europa. América Latina, África e Oriente Médio dividem entre si o controle de 9% das principais empresas do mundo, o que representa onze das quinhentas mais importantes. Esses números evidenciam alta concentração do poder econômico em regiões muito específicas, o que gera, entre outras distorções, relações comerciais desequilibradas.

A permanência competitiva das empresas transnacionais no mercado global, muitas vezes, leva-as a investir em fusões e incorporações, resultando na formação de complexos gigantes ou também denominados corporações transnacionais – muitas já atingiram dimensão financeira igual ou superior aos Estados⁷⁹. Conquistar novos mercados consumidores e garantir o lucro – e também o aumento do lucro – são imperativos norteadores das suas atividades.⁸⁰

⁷⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2001. p. 234-243.

⁷⁸ PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Tradução de Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. p. 7-24.

⁷⁹ Ver tabela indicativa da movimentação de valores em vendas das maiores empresas mundiais e sua equiparação com o PIB de diversos países, em: BOXBERGER, Gerald e KLIMENTA, Harald. Op. cit., p. 27. Atentar para o fato de que a referida obra foi publicada em 1999; logo, novos índices podem trazer modificações à tabela. Porém, tal fato não prejudica o objetivo de evidenciar a dimensão do poder econômico das corporações transnacionais.

⁸⁰ KRAFT compra a Cadbury por US\$ 19,5 bi. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2010. Caderno Negócios, p. B12.; COSAN e Shell se unem para tornar o etanol um combustível global. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 fev. 2010. Caderno Negócios, p. B11.; BRASKEM será sócia da Petrobras no Comperj e na Petroquímica Suape. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2010. Caderno Economia, p. B4.; NOVA Braskem vira 8ª maior petroquímica do mundo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2010. Caderno Economia, p. B3.

Pelo protagonismo que assumiram no contexto da globalização *desde cima*, René Dreifuss argumenta que as corporações configuram os megassistemas de poder científico e tecnológico, midiático e econômico no início do século XXI.⁸¹ Movimentando-se transnacionalmente, empregam na organização de suas unidades empresariais a mesma mobilidade irrestrita atribuída aos capitais e mercadorias. A divisão e instalação dos meios de produção obedecem à lógica do mínimo custo e máximo lucro, à procura das áreas do globo nas quais as denominadas vantagens comparativas são maiores. Quer dizer, onde os custos da produção são considerados mais vantajosos, pela combinação de infraestrutura, incentivos fiscais, relações de trabalho flexibilizadas, matérias-primas e mão-de-obra baratas. Não há, portanto, um padrão de distribuição espacial definido. A localização de cada etapa produtiva depende dos seus custos relativos.⁸²

Desse modo, empresas transnacionais e suas redes vinculadas, ao mesmo tempo em que globalizam a produção, influenciam na expansão do comércio global. Além da própria exportação de manufaturas e serviços para mercados consumidores do mundo inteiro, o comércio intraempresas é responsável por singular mobilidade de produtos e serviços através de todo o globo.

Feitas essas explanações, passa-se a enfocar o aumento no volume do comércio global, considerando a inclusão de países e regiões em suas redes.

⁸¹ Ainda, conforme o autor, “com uma visão global e referências mentais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente, através de uma *concatenação descentralizada*, no *habitat* desterritorializado dos *jet-sets* telemáticos de planejamento e atuação planetária, num mundo de mercados ampliados e concatenados e de continentalizações político-estratégicas. Sustentadas por sofisticados sistemas de informação e de telecomunicação, que lhes permite estruturarem-se como verdadeiras *associações virtuais*, as elites orgânicas contornam Estados nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas.” In: DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 175.

⁸² DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 49.

1.2.2 Relações globais e inclusão econômica

Visando manter a coerência histórica no presente estudo, a abordagem do tema envolve as três últimas décadas do século XX até os dias atuais, relembando que nesse período manifestaram-se grandes transformações que consolidaram a reestruturação do modo de produção capitalista.

Dados que registram o volume do comércio no período pós-guerra demonstram o significativo crescimento do comércio internacional ao longo dos anos, na segunda metade do século XX. Se em 1950 as exportações mundiais equivaliam a 7% da produção mundial, na década de 1990 esse número chegou a 17%.⁸³ Já em 1997, as estimativas eram de que a proporção das exportações sobre a produção mundial variava entre 18,6% e 21,8%.⁸⁴

Nesse contexto, interessa observar uma tendência específica verificada no quadro de evolução do comércio internacional, qual seja, o seu deslocamento em proporção crescente para os países em desenvolvimento, conquanto permaneça predominante a participação dos países desenvolvidos.⁸⁵

Em 1970, o comércio entre economias desenvolvidas alcançava 62,1% do total mundial, enquanto a relação comercial entre economias em desenvolvimento atingia a proporção de 3,3%. As trocas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento nesse mesmo ano representavam 30,6% do total comercializado. Desse período em diante, mudanças podem ser observadas. Em 1975, o comércio entre economias em desenvolvimento sobe para 7,2%, e as trocas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento crescem, representando 38,4% do total mundial. Ainda, em 1980, registra-se um pequeno crescimento da participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Durante o período compreendido entre 1985 e 1995, a proporção do comércio entre economias em desenvolvimento mantém-se praticamente a mesma, ao passo que as trocas entre

⁸³ OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: DAL RI JÚNIOR. Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Direito Internacional Econômico em expansão: desafios e dilemas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 928.

⁸⁴ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 148.

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

economias desenvolvidas e em desenvolvimento diminuem, chegando a 33,4%. Após esse período, uma nova alta na participação dos países em desenvolvimento volta a ser registrada, com índices de comércio entre países em desenvolvimento chegando a 14,1%. Da mesma forma, as relações comerciais entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento se elevam, representando 37,7% do total mundial.⁸⁶

Os índices demonstram que, ao longo dos anos, os países em desenvolvimento se inseriram de forma mais significativa nas relações de comércio global.

Nesse cenário, a globalização *desde cima* promove progresso econômico, e isso não deve ser desconsiderado. A liberalização do comércio, a abertura dos mercados e a difusão da tecnologia permitem que países e regiões se incluam na rota do comércio mundial, o que reflete, em algum aspecto, na melhora da qualidade de vida de parte de seus habitantes. Em síntese, a promoção da economia a uma escala global não é por si só prejudicial e pode gerar resultados positivos.

Contudo, apesar da inserção mais significativa dos países em desenvolvimento, o comércio internacional, tanto de bens como de serviços, permanece concentrado nas economias desenvolvidas. Em 1997, os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representam tão somente 19% da população mundial, concentraram 71% do total das exportações de bens e serviços. Além do mais, transformações setoriais que vêm acompanhando a expansão do comércio internacional mantêm esse predomínio. Na Era da informação e do conhecimento, o desequilíbrio comercial se amplia, caracterizado “por um padrão de distribuição desigual de conhecimentos e tecnologias entre os países e as regiões do mundo.”⁸⁷

Consequentemente, a participação no comércio mundial divide-se entre países e regiões que comercializam bens com alto valor agregado, e outros que tão somente exportam matérias-primas. Nesse panorama, o intercâmbio de bens de alta e média tecnologia, isto é, daqueles que requerem investimentos em pesquisa e

⁸⁶ Ver tabela indicativa da direção das exportações mundiais entre 1965 e 1995. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 150.

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

desenvolvimento, representava, em 1996, uma fatia de mais de 50% do comércio global. Enquanto produtos de baixa tecnologia e produtos primários representavam, respectivamente, a parcela de 18% e 13% do comércio global.⁸⁸ Nessas condições, Castells conclui que “a orientação para fora de uma economia não garante seu desenvolvimento. Tudo depende do valor daquilo que a economia é capaz de exportar.”⁸⁹

Dessa forma, num cenário global marcado por avanços tecnológicos sem precedentes, progressos técnicos, expansão da capacidade de produção e crescimento econômico, mantém-se profunda desigualdade entre países e regiões.

Ademais, o desenvolvimento material proporcionado pelo fenômeno da globalização *desde cima* está associado ao pagamento de excessivos custos sociais, pois sua dinâmica economicista de matriz neoliberal não permite o equilíbrio entre atividades econômicas e necessidades sociais.⁹⁰ Assim, nos moldes atuais, a lógica perversa da inclusão é que ela própria gera exclusão, fazendo com que os efeitos da globalização não sejam sentidos por todos os povos do mundo da mesma maneira.

O tópico seguinte desenvolve essa temática, expondo sobre o aspecto de exclusão social, que se redimensiona no contexto da globalização *desde cima*.

1.3 Configuração da globalização *desde baixo*: exclusão social

Este trabalho aborda o tema da exclusão em sua dimensão econômica, considerando-a “em termos de privação material e acesso a mercados e serviços que garantam as necessidades básicas”⁹¹. Nesse âmbito, o estudo se delimita no enfoque de dois aspectos. O primeiro diz respeito ao âmbito do trabalho, tendo em

⁸⁸ Ver gráficos em: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, p. 149.

⁸⁹ Idem, p. 150.

⁹⁰ FALK, Richard. **La globalización depredadora**: una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 2-3.

⁹¹ GACITÚA, Estanislao; SOJO, Carlos; DAVIS, Shelton. **Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina**. San José, C. R: FLACSO: Banco Mundial, 2000. Disponível em: <<http://wds.worldbank.org>>. Acesso em: 17 jun. 2009. p. 14.

conta que se trata de um importante elemento de inserção social, e que as relações trabalhistas estão sendo remodeladas para atender às exigências do mercado. E o segundo se refere ao aumento da pobreza global, reafirmando os profundos níveis de desigualdade na distribuição da renda mundial.

Os dados apresentados neste tópico envolveram, igualmente, as três últimas décadas do século XX até os dias atuais.

1.3.1 Flexibilização no âmbito do trabalho e desemprego estrutural

O atual modelo de globalização *desde cima* vem provocando mudanças no mundo do trabalho. Medidas que envolvem a flexibilização dos custos da mão-de-obra, da gestão dos recursos humanos, do tempo do trabalho e da legislação foram adotadas, desregulamentando as relações trabalhistas e liberalizando o mercado de trabalho. O excesso de rigidez, representado por normas que procuram garantir o trabalho seguro e a proteção do trabalhador, é considerado causa de desemprego, já que aumenta os custos da contratação e da manutenção do contrato de trabalho. Assim, a eliminação de “legislações protecionistas que distorcem o processo de livre negociação”⁹² no mercado de trabalho promoveria o aumento das possibilidades de emprego.⁹³

A receita neoliberal foi amplamente aplicada nas diferentes regiões do mundo e, conforme afirma Lauro Mattei, no que diz respeito à prevista expansão dos níveis de emprego, “os resultados mostraram-se bem aquém das expectativas e das necessidades. Ao contrário, em muitos casos o que se viu foi uma ampliação do desemprego, uma deterioração dos níveis salariais, além de um aumento acentuado do emprego informal.”⁹⁴

Marcio Pochmann argumenta que o desemprego na nova ordem econômica mundial não constitui uma novidade, pois se trata de um “fenômeno

⁹² MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda. **Revista Economia-Ensaios**, Uberlândia, 16(2)/17(1). jul.-dez. 2001. p. 88.

⁹³ Idem, p. 87-88.

⁹⁴ Idem, p. 89.

intrínseco ao processo de acumulação de capital.”⁹⁵ A novidade, segundo o autor, consiste na reação política ao desemprego. No fim da década de 1970, substituiu-se o compromisso com a defesa do emprego por políticas comprometidas com a baixa inflação.

No conjunto das sete principais economias capitalistas⁹⁶, por exemplo, o desemprego atingia taxas médias de menos de 3% do total da população economicamente ativa durante o período que compreende a década de 1950 e princípio da década de 1970, sendo que em 1970 o número de desempregados chegava a 7,2 milhões. Em 1975, o panorama alterou-se abruptamente, subindo para 13,3 milhões o número de pessoas desempregadas no conjunto das sete principais economias capitalistas. E, desde então, o desemprego não cessou de evoluir rumo a taxas cada vez mais elevadas, saltando para 20 milhões em 1985 e 21,9 milhões em 1993.⁹⁷

Do mesmo modo, nos países do bloco socialista, é possível verificar a elevação das taxas de desemprego como resultado da aplicação do receituário neoliberal. Na transição para a economia de mercado, os programas de ajuste estrutural⁹⁸ promoveram resultados claros e imediatos. Um aumento significativo do desemprego ocorreu após a queda do Muro de Berlim e o estabelecimento de relações estreitas com as economias capitalistas.⁹⁹ Entre 1990 e 1995, a taxa de desemprego com base na população economicamente ativa alcança, nesses países, índices alarmantes. Na Albânia, por exemplo, passa de 10% em 1990 para 18% em 1995. Em países como a Bulgária, Eslováquia, Hungria e Polônia, as referidas taxas

⁹⁵POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999. p. 40-41.

⁹⁶ Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Inglaterra e Itália compõem o denominado Grupo dos 7, ou G7.

⁹⁷ Ver: POCHMANN, Marcio. Op. cit., p. 43.

⁹⁸ Trata-se de reformas que seguem um plano de estabilização econômica aplicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, visando à retomada do crescimento econômico. Segundo os ditames dessas instituições, a recuperação econômica exige severo corte nos gastos sociais, o que se concretiza mediante imposição de condicionalidades para a concessão de empréstimos. Ver mais em: DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. O FMI e as condicionalidades para a concessão de assistência financeira: meios para difusão das políticas neoliberais. **Estudos de Direito Internacional**: anais do 6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2008. v. XIV. p. 37-45.

⁹⁹ “O desemprego praticamente não existiu durante a experiência socialista, sendo uma questão de princípio de organização socioeconômica a garantia de trabalho para todos. In: POCHMANN, Marcio. Op. cit., p. 44.

crecem ainda mais bruscamente, elevando-se de 2% para 17% na economia búlgara, de menos de 2% para 15% na eslovaca, também de menos de 2% para 12% na húngara e de pouco mais de 3% para 17% na economia polonesa.¹⁰⁰

Relativamente ao desemprego nos países que ocupam a periferia do sistema capitalista – asiáticos, africanos, latino-americanos e caribenhos –, Pochmann explica que realidades muito distintas são identificadas. Enquanto os asiáticos registraram baixas taxas de desemprego e os países africanos da região subsaariana e parte dos caribenhos apresentaram taxas elevadíssimas, a América Latina encontra-se numa situação intermediária.¹⁰¹

O não compromisso com a defesa do emprego na nova ordem econômica mundial consolidou, ao longo dos anos, o problema do desemprego estrutural – uma forma de desemprego cujas causas estão na própria estrutura do sistema capitalista e não em situação conjuntural de crise econômica, e que leva à marginalização de um grande número de trabalhadores aptos ao trabalho.¹⁰²

Surgem, então, os nichos de reserva de mão-de-obra. Muitas são as nações que dispõem de um contingente de mão-de-obra barata e desqualificada; contudo, essa situação é particularmente agravada nas economias em desenvolvimento. “Na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial, estes países transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra barata a custos decrescentes.”¹⁰³

Num cenário de globalização econômica, no qual mão-de-obra barata significa menores custos de produção, a enorme oferta em face da reduzida demanda garante a permanência de uma situação sempre precária e instável no mercado de trabalho, tendo em vista que a própria competição por tarefas mal remuneradas nivela por baixo os valores salariais e as condições de emprego. Ainda assim, essa é uma vantagem comparativa das economias não desenvolvidas, pois,

¹⁰⁰ Ver tabela indicativa das taxas de desemprego em países ex-socialistas. In: Idem, p. 44.

¹⁰¹ Idem, p. 44-45.

¹⁰² OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias Globais e suas revoluções**: fragmentações do mundo. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 3. p. 227.

¹⁰³ POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho escolhido pelo Brasil. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 81.

ao disporem de uma massa de trabalhadores empobrecidos e baratos, atraem para os seus territórios unidades industriais transferidas dos países desenvolvidos.¹⁰⁴

Verificando-se o custo da mão-de-obra na manufatura nos Estados Unidos e no México durante toda a década de 80 e até 1993, é possível constatar que, enquanto na economia norte-americana o salário real variou de US\$ 10 a 12 por hora, na mexicana oscilou entre pouco mais de US\$ 2 e US\$ 3 por hora; salienta-se que, durante a maior parte do período pesquisado, de 1983 a 1991, o valor do salário real no México não chegou a US\$ 2. A mesma variação discrepante pode ser observada no custo da mão-de-obra no Japão e na China. Enquanto na economia japonesa o valor do salário real chegou a US\$ 1.500 por mês em 1980 e, numa curva ascendente alcançou os US\$ 3.000 em 1993, na China não ultrapassou US\$ 100 mensais durante todo o período.¹⁰⁵

O fenômeno da migração de unidades industriais para países da periferia do sistema capitalista em busca das reservas de mão-de-obra é um fator que, igualmente, contribui para o aumento do desemprego nos países de economia avançada, acabando por precarizar as condições de trabalho também nesses países.¹⁰⁶

Na área da OCDE¹⁰⁷, o desemprego manteve-se em níveis elevados durante toda a década de 1990, atingindo a média de 7% da força de trabalho, o que

¹⁰⁴CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999. p. 66-67.

¹⁰⁵ Ver tabelas indicativas do custo da mão-de-obra na manufatura. In: Idem, p. 83-84.

¹⁰⁶ “O desenvolvimento da manufatura nas *maquilas* e nas zonas de exportação, localizadas imediatamente ao sul do Rio Grande, na fronteira entre Estados Unidos e México, foi acompanhado, durante os anos 80, pelas demissões e pelo desemprego nos centros industriais dos Estados Unidos e do Canadá [...] Do mesmo modo, as transnacionais japonesas estão transferindo suas indústrias de manufaturas para a Tailândia ou as Filipinas, onde os trabalhadores podem ser contratados a US\$ 3 ou US\$ 4 por dia. O capitalismo alemão está se expandindo para além da Oder-Neisse, de volta a seu *Lebensraum* de antes da guerra. Nas linhas de montagem da Polônia, da Hungria e das Repúblicas Tcheca e Eslovaca, o custo do trabalho (da ordem de US\$ 120 mensais) é substancialmente mais baixo que o da União Européia. Já os trabalhadores das fábricas de automóveis da Alemanha recebem salários da ordem de US\$ 28 por hora.” In: Idem, p. 71.

¹⁰⁷ “Até 1990, pertenciam à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com sede em Paris, apenas os 23 clássicos países industrializados do ‘Ocidente’, isto é: Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Bélgica, Luxemburgo, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia, Áustria e Suíça. Desde então foram admitidos mais cinco países, economicamente mais fracos, que por tratado estão ligados à União Européia ou à zona de livre comércio norte-americana, o Nafta. São estes os países: Turquia, México, Polónia e República Tcheca.” In: MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**: o assalto à democracia e ao bem-estar

representa algo em torno de 35 milhões de pessoas desempregadas. Na passagem do século, esses níveis se mantiveram e, mesmo naqueles países nos quais o crescimento econômico mostrou-se forte, o aumento dos níveis de emprego permaneceu lento. De fato, metade dos países da OCDE experimentou crescimento negativo do emprego em 2003. Esse cenário permaneceu até os anos de 2005 e 2006, quando se registrou queda no índice de desemprego, chegando a 6,5% e 5,9% da força de trabalho, respectivamente.¹⁰⁸

Desse período em diante, porém, o desemprego volta a se elevar significativamente. Entre dezembro de 2007 e julho de 2009, a taxa de desemprego na área da OCDE passou de 5,8% para 8,1%. Nesse espaço de tempo, a situação em países como Irlanda, Espanha e Estados Unidos merece especial atenção. Em 2007, o índice de desemprego na Irlanda chegava a 4,4%; no entanto, em julho de 2009, alcançou 12,5% da força de trabalho. A mesma variação abrupta pode ser identificada na Espanha, passando de 9,7% para 18,5%, o que a caracteriza como o nível mais alto na área da OCDE. Nos Estados Unidos, o desemprego atingia a taxa de 4,4% em 2007 e subiu bruscamente para 10% em 2009.¹⁰⁹

Atualmente, ainda num contexto de crise financeira global, o emprego permanece relegado às margens do crescimento econômico. Segundo documento da OCDE de novembro de 2009, as taxas de desemprego continuarão crescendo até o ano 2011, tendo em vista que a recuperação econômica dos países da OCDE é ainda muito tímida para deter o contínuo aumento do desemprego. Conforme projeções demonstradas no gráfico abaixo, nos Estados Unidos e em toda a área da União Europeia, o desemprego atingirá seu ponto máximo na primeira metade de 2010.¹¹⁰

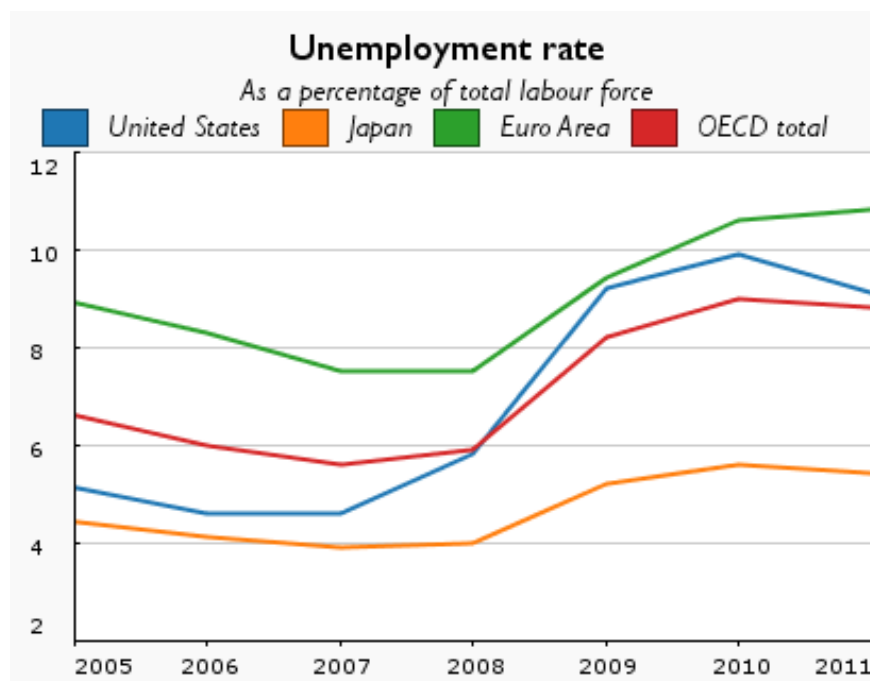
social. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 343.

¹⁰⁸ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) **Employment Outlook – 1989-2008**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

¹⁰⁹ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) **Employment Outlook 2009**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

¹¹⁰ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) **Economic Outlook nº 86, November 2009**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

Gráfico 1. Taxa de desemprego nos países da OCDE.



Fonte: Organization for Economic Co-operation and Development

Em muitos casos, os empregos seguros perdidos são substituídos por atividades autônomas, serviços temporários ou trabalhos de meio período, com queda nos rendimentos dos trabalhadores. A informalidade é outra saída comum para as pessoas que perderam o emprego e necessitam manter sua renda. Desempenhando tarefas à margem da regulamentação trabalhista, os trabalhadores informais não contam com qualquer proteção ou garantia de direitos. Estudo do Banco Mundial aponta que na América Latina e no Caribe 56% dos postos de trabalho nas áreas urbanas são informais.¹¹¹

Ainda sobre a região da América Latina e Caribe, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) previu, em relatório de 2006, que o desemprego, a informalidade e a inatividade afetam o futuro laboral de 106 milhões de jovens. O relatório registrou o desemprego de dez milhões de jovens na região, o que equivale a 16% da força de trabalho entre 15 e 24 anos. Índice esse que, segundo a OIT, é três vezes superior ao dos adultos. Ao mesmo tempo, verificou-se que trinta milhões

¹¹¹ WORLD BANK. **Informality in LAC – A Barrier to Growth and Social Welfare**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

de jovens são trabalhadores informais e outros 22 milhões não trabalham nem estudam.¹¹²

Diante desse cenário, e com o apoio da tecnologia, a perspectiva é de que cada vez mais o mundo se aproxime da fórmula 20 por 80. Um padrão segundo o qual no século XXI, 20% da população apta ao trabalho bastará para manter o ritmo da economia mundial.¹¹³ Os demais, 80% da população mundial, passam a se caracterizar como mão-de-obra adicional.

O setor de informática – não o único, porém – pode exemplificar a efetividade dessa fórmula. De acordo com Martin e Schumann, até mesmo os serviços baratos prestados por cérebros indianos no setor de processamento de dados poderão ser desnecessários. “Módulos prontos de software a novas linguagens de programação em breve tornarão desnecessário quase todo o trabalho. No futuro, um programador poderá executar o que hoje estão fazendo cem.”¹¹⁴ No entanto, numa situação que denota a exacerbação da precariedade no mercado de trabalho, a demissão de milhares de pessoas no ramo da informática não está necessariamente condicionada a inovações futuras. John Cage, diretor da empresa norte-americana Sun Microsystems, dá o tom: Cage necessita realmente de “seis, talvez oito” empregados, que podem viver em qualquer local do planeta. As demais pessoas que hoje trabalham para ele, dezesseis mil, são “todas demissíveis em caso de racionalização.”¹¹⁵

Nessas condições, o trabalho passa a ser a própria expressão da vulnerabilidade social e não mais uma garantia contra ela. A “inutilidade social de grandes camadas de trabalhadores é, sem dúvida, a nova face da exclusão.”¹¹⁶

¹¹² INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) **Unemployment, informality and inactivity menace young people in Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

¹¹³ MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. Op. cit., p. 10.

¹¹⁴ Idem, p. 144.

¹¹⁵ Idem, p. 9-10.

¹¹⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 298.

1.3.2 Desenvolvimento material e pobreza global¹¹⁷

O modelo de globalização *desde cima* vem produzindo um novo tipo de pobreza. “Trata-se de uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global”¹¹⁸, que revela profunda desigualdade na distribuição da renda e uma contrastante acumulação de riquezas. Embora no contexto atual a promoção do crescimento econômico seja percebida como crucial para a redução da pobreza, o que se verifica, contraditoriamente, é sua notória expansão em meio à abundância.

Os programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países em desenvolvimento se apresentam como notáveis instrumentos de “globalização da pobreza”. Na década de 1980, o FMI passou a vincular a concessão de ajuda financeira a um programa de reformas econômicas. Para essa Instituição, o recurso à ajuda externa representa problemas de desequilíbrio na balança de pagamentos, de desestabilidade monetária e queda na confiança dos credores, os quais devem ser corrigidos para que o país possa retomar o caminho do crescimento econômico.¹¹⁹ A fim de que os programas de ajuste das economias nacionais efetivamente se cumpram, o FMI se utiliza de condicionalidades¹²⁰ que limitam a realização de políticas públicas e produzem cortes nos gastos sociais.

¹¹⁷ O estudo sobre a pobreza global baseia-se em dados do Banco Mundial. Tem-se consciência da limitação metodológica no que tange à mensuração dos seus índices, bem como da perspectiva mercadocêntrica, com a qual o Banco Mundial desenvolve políticas sociais e de combate à pobreza. Não obstante, esses dados permitem registrar, de certa forma, níveis extremos de desigualdade e pobreza no mundo. Ver importantes estudos sobre a metodologia utilizada para aferição dos índices de pobreza, e o caráter das políticas sociais desenvolvidas pelo Banco Mundial, respectivamente, em: MATTEI, Lauro. **Pobreza na América Latina: heterogeneidade e diferenças intra-regionais**. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 29 out. 2009.; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2010.

¹¹⁸ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 72.

¹¹⁹ MELO, Andréa Sabbaga de. **O Brasil, a dependência e o Fundo Monetário Internacional: perspectiva crítica à luz das cartas de intenções do governo de Luiz Inácio Lula da Silva**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2006. p. 71-72.

¹²⁰ O FMI assim explica a imposição de condicionalidades: “Quando um país-membro obtém um empréstimo, as autoridades do país se comprometem a aplicar certas políticas econômicas e financeiras, requisito que se conhece com o nome de “condicionalidade”. A condicionalidade permite ao FMI vigiar se o empréstimo está sendo utilizado para resolver as dificuldades econômicas do país; assim se garante o reembolso oportuno dos fundos para que outros países-membros possam dispor

Na visão do Fundo, o uso dessas condicionalidades fomenta “a identificação dos países com políticas sólidas e eficazes.”¹²¹ Sob outro ponto de vista, no entanto, por meio delas, o FMI não apenas impõe a adoção de políticas neoliberais como também se investe de poderes de vigilância, fiscalização e inspeção do funcionamento das economias nacionais, de modo a coibir qualquer incursão na liberdade de mercado.¹²²

Dessa forma, a mesma receita é aplicada em muitos países, levando ao empobrecimento de suas respectivas populações. Em relatório¹²³, o Banco Mundial reconhece que a implementação dos programas de ajuste gera impactos sociais. Não obstante, permanece apontando a promoção do crescimento econômico como o mais significativo fator para a redução da pobreza. Segundo essa instituição, boas políticas macroeconômicas – que pressupõem disciplina orçamentária e controle da inflação – combinadas com políticas setoriais relevantes e apropriada alocação dos gastos públicos fornecem o ambiente favorável para um crescimento econômico sustentado. Nessa perspectiva, o relatório examinou o impacto social dos programas de ajuste implementados em 53 países durante 1980 e 1993, e concluiu que em 2/3 deles a avaliação é satisfatória, indicando que as políticas corretivas alcançaram os seus objetivos. No que concerne à pobreza, o relatório informa que o impacto do crescimento econômico sobre a sua redução variou entre os países, e somente em 60% daqueles onde se registra redução da pobreza também há registro de redução na desigualdade de renda.

Outros indicadores do Banco Mundial a respeito da distribuição da renda no mundo em 1993 apontam que os países ricos, nos quais se concentram 14,8% da população mundial, detêm 78,5% do total das riquezas geradas. Enquanto os 21,5% restantes são repartidos entre 85,2% da população mundial. Além disso, a

deles se necessitarem. A condicionalidade também serve para que o país se assegure dos requisitos que são necessários para ter acesso aos recursos do FMI. Nos últimos anos, o FMI tem-se centrado em focalizar e racionalizar o uso da condicionalidade para fomentar a identificação dos países com políticas sólidas e eficazes.” Ver: INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). **What is "conditionality" and why is it necessary?** Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

¹²¹ Idem

¹²² SOUZA, Vinicius Menandro Evangelista de. **A influência das políticas neoliberais do FMI ao novo regime de insolvência empresarial brasileiro**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2007. p. 65-68.

¹²³ WORLD BANK. **The Social Impact of Adjustment Operations: an overview**. Report n. 14776. jun. 1995. p. 7-19.

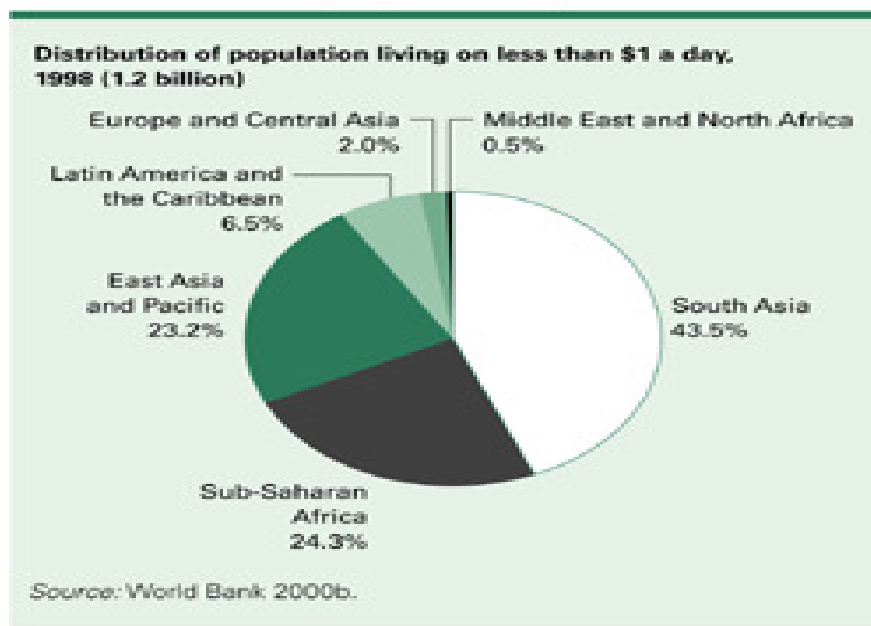
renda per capita nesses dois grupos de países, mostra-se cerca de vinte vezes maior nos países ricos.¹²⁴

Posteriormente, no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001, apresentando dados referentes a 1998, o Banco Mundial constata que 2,8 bilhões de pessoas no mundo sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia e, desse total, 1,2 bilhão em condições de miséria com menos de US\$ 1 por dia. Trata-se de quase a metade da população mundial em condições subumanas. Ainda, conforme indica o gráfico abaixo, num registro da distribuição geográfica da população que vive com menos de US\$ 1 por dia, o Banco Mundial concluiu que 43,5% encontram-se no Sul da Ásia, 24,3% na África Subsaariana, 23,2% no Leste da Ásia e Pacífico, 6,5% na América Latina e Caribe, 2,0% na Europa e Ásia Central e 0,5% no Meio Oeste e África do Norte

Gráfico 2. Distribuição geográfica da pobreza nos países em desenvolvimento.

Figure 1

Where the developing world's poor live



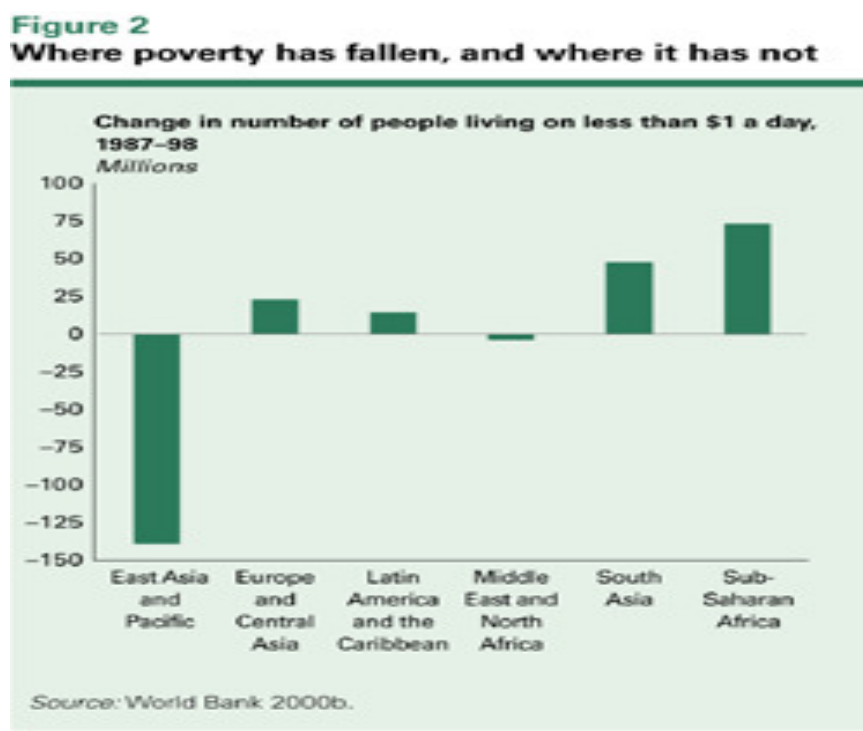
Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001

A carência persiste, confirma o Relatório, muito embora as condições materiais tenham melhorado expressivamente no último século em comparação a

¹²⁴ Ver tabela indicativa da distribuição da renda mundial. In: CHOSSUDOVSKY, Michel. Op. cit., p. 31.

toda a história da humanidade. O constante aumento da pobreza decorre da distribuição significativamente desigual dos ganhos materiais gerados. Em 1998, a renda média nos vinte países mais ricos é 37 vezes maior, em média, em comparação aos vinte mais pobres. O Relatório também aponta que a redução da pobreza varia de acordo com a região. Enquanto na Ásia Oriental o número de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia caiu de 420 milhões em 1987 para cerca de 280 milhões em 1998, na África Subsaariana, na Ásia Meridional e na América Latina¹²⁵, o número de pobres vem aumentando de forma ininterrupta. Já nos países do Leste Europeu e da Ásia Central, esse número aumentou vinte vezes entre 1987 e 1998.

Gráfico 3. Indicadores de redução da pobreza.



Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001

¹²⁵ Em recente trabalho, Mattei discute o panorama da pobreza na América Latina para o período de 1980 a 2007. Ver: MATTEI, Lauro. **Pobreza na América Latina**: heterogeneidade e diferenças intra-regionais. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 29 out. 2009. Sobre este tema ver também: KLIKSBURG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina**: o debate adiado. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2000.; FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS, V Assembléia Plenária, 2006, Bogotá. **Estratégias de redução da pobreza e da desigualdade na América Latina e no Caribe**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Divisão de Programas Sociais, 2006.

Mattei observa que se for considerado o total da população mundial, houve redução no número de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia, passando de 28,5% em 1987 para 26,2% em 1998. Não obstante, “em termos absolutos, a pobreza aumentou, uma vez que a população mundial cresceu, no mesmo período, de 5 bilhões de pessoas para aproximadamente 6 bilhões de pessoas.”¹²⁶

Os dados anteriores comprovam que a geração de riquezas não vem revertendo-se em melhora da qualidade de vida para a maioria da humanidade, mas sim exacerba condições de privação em todas as partes do mundo.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008¹²⁷ prioriza a agricultura como meio de reduzir a extrema pobreza e a fome no mundo. De acordo com o Banco Mundial, ela constitui a base para o crescimento econômico e, consequentemente, para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Num primeiro momento, esse seria um caminho viável se o incentivo à produção agrícola visasse alimentar a população empobrecida e faminta desses países. Não é essa, no entanto, a indicação do Relatório. A produção deve ser modernizada e voltada para os contemporâneos mercados de alimentos a fim de proporcionar o crescimento econômico com o qual se reduzirá a pobreza. É então possível visualizar a promoção do agronegócio em detrimento dos pequenos produtores rurais.

Ainda nesse contexto, é pertinente retomar o tema do comércio global. Verificou-se anteriormente que, enquanto a exportação de produtos primários representa 13% do comércio, o intercâmbio de bens de alta e média tecnologia alcança mais de 50%, o que mantém a concentração das riquezas geradas. Dessa forma, a promoção da agricultura, ainda que da maneira como sugere o Relatório, manterá os profundos níveis de desigualdade já constatados.

Por fim, a permanente condição de desemprego e a previsão de que ela se agrave traçam tendências de crescimento contínuo da pobreza em todo o mundo.

¹²⁶ Ver tabela indicativa da proporção da população mundial que vive com menos de US\$ 1 por dia entre 1987 e 1998. In: MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda. **Revista Economia-Ensaio**, Uberlândia, 16(2)/17(1). jul.-dez. 2001. p. 77-101. p. 96.

¹²⁷ WORLD BANK. **World Development Report 2008: Agriculture for Development**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

2 A SOCIEDADE CIVIL NO ESPAÇO TERRITORIAL NACIONAL

O capítulo anterior esboçou os contornos da globalização *desde cima* e apresentou efeitos de pobreza e exclusão social, resultantes, em grande medida, da composição de um cenário no qual se verifica o crescimento do poder do mercado e a reconfiguração do papel do Estado.

Entende-se que no atual contexto parece ser contraditório falar em diminuição do poder estatal, já que somente um Estado forte é capaz de assegurar a realização das políticas neoliberais. O que se constata, então, não é a diminuição do poder, mas seu direcionamento para promover determinadas políticas em detrimento de outras. Da mesma forma, e com base nos mesmos argumentos, parece ser precipitado aludir ao fim do Estado. Razão pela qual se considera apropriado fazer referência a uma reconfiguração do seu papel.

Deixando de exercer funções essenciais de regulação das atividades econômicas, garantia de direitos e proteção social, e submetendo-se às leis do mercado e à disciplina do capital, os Estados assumiram a posição de favorecedores dos mercados autônomos e da economia autorregulada. Diante desse cenário, a resistência àqueles efeitos de exclusão social deverá partir, necessariamente, da sociedade civil.¹²⁸

Assim, utiliza-se o segundo capítulo para expor e desenvolver noções a respeito da categoria sociedade civil.

Um primeiro esclarecimento, e que nesta dissertação não pode deixar de ser apresentado, refere-se ao conceito de sociedade civil. A relevância de sua apresentação pode ser explicada por duas razões: inicialmente porque, em face da afirmação anterior – “a resistência efetiva àqueles efeitos de exclusão social deverá partir, necessariamente, da sociedade civil” –, é essencial conhecer *o que é* e como

¹²⁸ Para Richard Falk, é da sociedade civil e não das forças transnacionais do mercado ou do poder do Estado que deve partir o impulso transformador daquele cenário global exposto no primeiro capítulo. Ver: FALK, Richard. **La globalización depredadora**: una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 187-199.

se organiza a sociedade civil; e depois, porque nele estão as bases do capítulo seguinte.

Ainda quanto ao conceito, trata-se de tema controverso, descrito por diferentes tradições teóricas muitas vezes inconciliáveis entre si¹²⁹. O que poderá conduzir pesquisas com o mesmo objeto de análise a resultados completamente distintos. Convém, então, lembrar que neste trabalho a compreensão das questões teórico-conceituais conforma-se por meio das asserções de Jean Cohen e Andrew Arato, entendendo que o conceito contemporâneo pensado por ambos é capaz de bem situar as sociedades civis, suas organizações e movimentos num contexto de globalização.

Um segundo esclarecimento diz respeito às redes da sociedade civil. A importância dessa abordagem também pode ser explicada por duas razões: primeiro, porque representa novo meio estratégico de organização e articulação dos atores da sociedade civil no contexto da globalização, capaz de ampliar e potencializar suas ações; e segundo, porque dessa articulação em redes parte o estudo da sociedade civil global, desenvolvido no terceiro capítulo.

2.1 Noções histórico-conceituais: a visão de Jean Cohen e Andrew Arato¹³⁰

O resgate histórico do conceito de sociedade civil remonta à Antiguidade. A definição aristotélica de *politike koinonia* – sociedade ou comunidade política –, traduzida pelos latinos como *societas civilis*, representa a primeira versão do referido conceito, e a que entrou para a tradição da filosofia política. Sem separar o Estado da sociedade, diferentemente das concepções modernas, Aristóteles definiu *politike*

¹²⁹ COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 37.

¹³⁰ A apresentação do tema neste tópico tem como referencial a obra *Sociedad Civil y Teoría Política*, de Jean Cohen e Andrew Arato. Nela, os autores realizam estudo amplo e profundo da categoria sociedade civil, resgatando discussões em torno de seu conceito e, com base nelas, construindo a sua teoria da sociedade civil. O tópico registra breve trajetória histórica do conceito, enfocando aqueles teóricos cujas contribuições constituem a base do pensamento de Jean Cohen e Andrew Arato. Obra de referência: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura. 2000.

koinonia como “uma comunidade ético-política pública de cidadãos livres e iguais num sistema de governo definido legalmente.”¹³¹

Adaptações latinas medievais ao conceito de *societas civilis* se seguiram a Aristóteles. Mais tarde, afirmam Cohen e Arato, o Absolutismo se caracterizou como marco divisório entre as noções tradicionais e modernas de sociedade civil. Para os autores, “não há dúvida [...] de que a ‘sociedade’ da ilustração, que constituía uma nova forma de vida pública, foi o protótipo do conceito moderno inicial de sociedade civil.”¹³²

Já no limiar da modernidade, Hobbes, Locke e Rousseau também trataram sobre o tema. Em sentido amplo – porque a estrutura de pensamento denominada contratualista não é unívoca¹³³ –, esses autores pensaram a sociedade civil como um momento de superação do estado de natureza, quando novas relações sociais podem ser estabelecidas tendo por fundamento a figura do Estado. A realização do contrato social e a criação do Estado representam, para Hobbes e Locke, também o momento de criação de uma sociedade política – ou civil –, na qual os indivíduos transpõem a condição de selvagens para assumirem a condição de homens civilizados. Cohen e Arato declaram que a “especificação que faz Locke do produto do contrato social como ‘a sociedade civil ou política’ parece continuar no caminho que inicialmente seguiu Hobbes, e não representa nenhum rompimento com a tradição.”¹³⁴

Diferentemente, a sociedade civil tem em Rousseau “o sentido de uma sociedade ordenada que antecede e funda as instituições políticas.”¹³⁵ Parece que aqui a sociedade civil não se contrapõe verdadeiramente ao estado de natureza, mas caracteriza um momento prévio de organização para a realização do contrato

¹³¹ No original: “una comunidad ético-política pública de ciudadanos libres e iguales en un sistema de gobierno definido legalmente.” In: Idem, p. 113.

¹³² No original: “no hay duda [...], de que la ‘sociedad’ de la ilustración, que constituía una nueva forma de vida pública, fue el prototipo del concepto moderno inicial de sociedad civil.” In: idem, p. 116.

¹³³ Ver mais em: FALABRETTI, Ericson Flávio. Sociedade civil: o lugar e a face dos conflitos. **Revista de Filosofia**, Curitiba: Champagnat. v. 20. n. 26, jan.-jun. 2008. p. 27-38.

¹³⁴ No original: “especificación que hace Locke del producto del contrato social como ‘la sociedad civil o política’ parece continuar en el camino que inicialmente siguió Hobbes, y no representa ningún rompimiento con la tradición.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit., p. 117.

¹³⁵ FALABRETTI, Ericson Flávio. Op. cit., p. 28.

social.¹³⁶ Isso mostra que a existência de um pacto político – ou contrato social – pressupõe a existência da sociedade civil. Uma vez celebrado o pacto, contudo, não há distinção entre a sociedade civil e o Estado.

Mais tarde, a partir da síntese das linhas de pensamento que o antecederam, Hegel apresentou o que Cohen e Arato acreditam ser a primeira teoria moderna da sociedade civil, tornando-se o seu teórico representativo. Os autores argumentam que “várias tradições teóricas importantes que emergiram depois de Hegel, com ou sem uma referência consciente a ele, continuaram desenvolvendo-se dentro dos termos das análises que ele integrou.”¹³⁷

Hegel separa a família, a sociedade civil e o Estado. A sociedade civil conforma o reino da particularidade, um espaço de conflitos e tensões dividido em seus extremos – individualismo egoísta e interdependência universal. E o Estado, por sua vez, constitui a esfera da universalidade, na qual se reconciliam todas as antinomias.¹³⁸ Lia Freitas Cavalcante esclarece que o Estado hegeliano encarna o ápice da convivência coletiva, o espaço de realização do ser humano e de efetivação da liberdade e vontade.¹³⁹

A crítica ao pensamento hegeliano constituiu o ponto de partida para o desenvolvimento do marxismo, o qual influenciará Gramsci e seu conceito de sociedade civil. Marx vê no Estado hegeliano um instrumento de dominação de classe, e na sociedade civil tão somente a sociedade burguesa. O autor “deu relevância aos aspectos negativos da sociedade civil, suas características fragmentárias e desumanizadoras”¹⁴⁰, argumentam Cohen e Arato.

¹³⁶ “Um povo, diz Grotius, pode dar-se a um rei. Portanto, segundo Grotius, um povo é povo antes de dar-se a um rei. Essa doação mesma é um ato civil, supõe uma deliberação pública. Antes, pois, de examinar o ato pelo qual um povo elege um rei, conviria examinar o ato pelo qual um povo é povo, pois esse ato, sendo necessariamente anterior ao outro, constitui o verdadeiro fundamento da sociedade. (Rousseau, 1978, p. 30).” In: Idem, p. 29.

¹³⁷ No original: “varias tradiciones teóricas importantes que emergieron después de Hegel, con o sin una referencia consciente a él, continuaron desarrollándose dentro de los términos del análisis que él integró.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit., p. 120.

¹³⁸ Ver o tópico “La síntesis de Hegel”. In: Idem, p. 120-130.

¹³⁹ CAVALCANTE, Lia Freitas. **Tensões e interações entre Estado e sociedade civil**: uma possibilidade de ressignificação da esfera pública. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2002. p. 32-35.

¹⁴⁰ No original: “dio relevancia a los aspectos negativos de la sociedad civil, sus características fragmentarias y deshumanizadoras”. In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit., p. 151.

A visão gramsciana de sociedade civil contém a crítica de Marx ao Estado e à sociedade burguesa, contudo, constrói-se para além dela. Gramsci, da mesma forma, é influenciado por Hegel, e a distinção que este faz entre sociedade civil e Estado, porém avança ao diferenciar a sociedade civil tanto da economia como do Estado, estabelecendo uma estrutura conceitual tripartite.¹⁴¹

Será possível verificar, posteriormente e de forma mais detalhada, que essa estrutura constitui a base do pensamento de Jean Cohen e Andrew Arato. O modelo de três partes é, para os autores, um ponto de partida necessário. No contexto contemporâneo, não é possível pensar a sociedade civil segundo um modelo dicotômico que separa Estado e sociedade. Diante do crescimento da economia autorregulada e do poder do mercado, esse pensamento reduziria todas as relações sociais a relações meramente mercantis, desconsiderando que a esfera social também se reproduz por relações de cooperação e solidariedade.¹⁴²

Retornando à noção gramsciana, o conceito de sociedade civil compõe-se das ideias de hegemonia política e cultural. Gramsci a compreende como uma esfera conflituosa, na qual as classes sociais lutam pela conquista ou manutenção da hegemonia¹⁴³. Nesse sentido, a sociedade civil possui capacidade transformatória, pois nela está contido o potencial hegemônico das classes subalternas.¹⁴⁴ Cohen e Arato apontam que Gramsci “se concentra na desejabilidade normativa de uma sociedade civil futura (socialista)” e, com isso, “tende a tratar a sociedade civil do presente somente em termos da sua função para um sistema de domínio que rechaça completamente.”¹⁴⁵

Ainda que os autores apoiem a reconstrução contemporânea do conceito de sociedade civil numa estrutura tripartite, não constroem a sua base analítica a

¹⁴¹ Idem, p. 174-175.

¹⁴² Idem, p. 478.

¹⁴³ Cohen e Arato relacionam o conceito de hegemonia em Gramsci com a capacidade de uma determinada classe social gerar consenso e, após, constituir-se como autoridade. In: Idem, p. 176.

¹⁴⁴ CAVALCANTE, Lia Freitas. Op. cit., p. 49-51. Ver mais em: MENDES, Valdenésio Aduci. **Alcances e limites do conceito de sociedade civil em Antonio Gramsci**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2006.

¹⁴⁵ No original: “se concentra en la deseabilidad normativa de una sociedad civil futura (socialista)” e “tiende a tratar a la sociedad civil del presente sólo en términos de su función para un sistema de dominio que rechaza completamente.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit., p. 152.

partir da teoria gramsciana.¹⁴⁶ Os autores baseiam-se na teoria social habermasiana – teoria dualista que diferencia entre as lógicas do sistema e do mundo da vida.¹⁴⁷ Além disso, afirmam que Habermas não lhes oferece uma teoria da sociedade civil. Todavia, ao demonstrar a existência de dois subsistemas diferenciados entre si e em relação ao mundo da vida, a tese habermasiana “implica em um modelo que corresponde a um marco tripartite de corte gramsciano.”¹⁴⁸ Cohen e Arato identificam os dois subsistemas com o Estado e o mercado, e esclarecem que o conceito habermasiano de mundo da vida não se traduz num conceito de sociedade civil, mas é dentro das dimensões do mundo da vida que se pode apontar o lugar exato da sociedade civil.¹⁴⁹

Segundo observam os autores, a teoria habermasiana aponta para duas formas de racionalidade vigentes nas sociedades modernas ocidentais, as quais parecem ser o elemento fundamental de diferenciação entre o sistema¹⁵⁰ e o mundo da vida. Enquanto nos espaços do Estado e do mercado é predominante a razão instrumental, na esfera do mundo da vida, predomina a racionalidade comunicativa. Nesta, a integração social e sua própria reprodução se dão por meio de processos comunicativos, ao passo que o poder e o dinheiro orientam a lógica de reprodução sistêmica.¹⁵¹ Conforme apontado por Cohen e Arato, essa é “a melhor estrutura

¹⁴⁶ Os autores não acreditam que o modelo gramsciano possa se sustentar. “Gramsci foi notoriamente incapaz de distinguir claramente entre o Estado e a sociedade civil, entre a dominação e a hegemonia, e foi capaz de (ou desejava) tematizar, a maior parte do tempo, as instituições independentes da sociedade civil somente em termos de sua função para reproduzir o Estado e a economia já existentes. Nesta representação, a sociedade civil ainda se pode ver como uma extensão do próprio Estado, que serve para a reprodução da ordem econômica estabelecida. Assim, a hegemonia seguiria sendo a continuação da dominação por outros meios.” No original: “Gramsci fue notoriamente incapaz de distinguir claramente entre el Estado y la sociedad civil, entre la dominación y la hegemonía, y fue capaz de (o deseaba) tematizar la mayor parte del tiempo a las instituciones independientes de la sociedad civil sólo en términos de su función para reproducir al Estado y a la economía ya existentes. En esta representación, la sociedad civil aún se puede ver como una extensión del propio Estado, que sirve a la reproducción del orden económico establecido. Así, la hegemonía seguiría siendo la continuación de la dominación por otros medios.” In: Idem, p. 480.

¹⁴⁷ Essa distinção não corresponde ao modelo dicotômico que separa Estado e sociedade.

¹⁴⁸ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 152.

¹⁴⁹ Idem, p. 151-153.

¹⁵⁰ Sistema na teoria de Habermas significa “um conjunto de relações sociais organizado formalmente e dirigidas pelos meios.” Pode-se dizer que as relações sociais aqui são vistas como meio para se chegar a um fim determinado que, no âmbito do Estado, se identifica com o poder e, no âmbito do mercado, com o lucro. No original: “un conjunto de relaciones sociales organizado formalmente y dirigidas por los medios.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**, p. 597.

¹⁵¹ Idem, p. 480-487.

conceitual disponível para reconstruírem o modelo de três partes da sociedade civil.”¹⁵²

Neste momento, antes que se dê continuidade à exposição do tema, cabe importante ressalva. A contribuição teórica habermasiana é substancialmente mais complexa em comparação ao exposto nos dois parágrafos anteriores, bem como o são as contribuições de Jean Cohen e Andrew Arato para uma teoria reconstruída da sociedade civil. Assim sendo, é necessário ter sempre claro o objetivo de expor e desenvolver noções a respeito da categoria sociedade civil, reconhecendo-se o recorte limitado e relativo imposto pelos objetivos da pesquisa.

Feitas essas considerações, caminha-se para a compreensão “do que é” e do como se organiza a categoria sociedade civil no espaço territorial nacional, segundo as concepções de Cohen e Arato. Antes, porém, é oportuno expor brevemente acerca do contexto histórico diante do qual os autores desenvolveram o seu conceito.¹⁵³

Sérgio Costa¹⁵⁴ afirma que o renascimento da discussão sobre a sociedade civil está associado à emergência de movimentos de luta pela liberdade e democracia. A partir da década de 70, em diferentes partes do mundo e inseridos em contextos políticos distintos, movimentos oriundos da sociedade questionaram o papel de um Estado burocrático que restringia, ou impedia, a organização da sociedade civil e sua participação no processo político. Enquanto no Leste Europeu a população resistia a um Estado socialista onipresente e inibidor das possibilidades de organização da sociedade, na América Latina a resistência se deu contra o autoritarismo dos regimes militares. Também no âmbito das sociedades liberal-democráticas europeias, nas quais a democracia havia se consolidado como regime político, manifestações e organizações provenientes da sociedade forneceram o substrato para o renascimento da discussão sobre o papel da sociedade civil. Aqui, aponta o autor, movimentos sociais e ações de protesto questionavam a tutela

¹⁵² No original: “la mejor estructura conceptual disponible para reconstruir el modelo de tres partes de la sociedad civil.” In: Idem, p. 480.

¹⁵³ Outros autores integram o debate contemporâneo sobre a sociedade civil. Sérgio Costa apresenta em sua obra duas vertentes interpretativas principais desse debate: a versão enfática e a versão moderada. Jean Cohen e Andrew Arato, assim como Jürgen Habermas, compõem segundo Costa, a versão enfática. Ver mais em: COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 43-51.

¹⁵⁴ Idem, p. 42-43.

política do Estado de bem-estar social e a consequente impossibilidade de influência sobre o processo político, indicando “que as formas clássicas de exercício da cidadania política (partidos, eleições, etc.) não mais atendem plenamente as demandas por participação de amplos segmentos da população.”¹⁵⁵

Nesse momento, a ação dos denominados novos movimentos sociais¹⁵⁶ constituiu o “recheio empírico”¹⁵⁷ para o resgate da categoria sociedade civil e do debate sobre o seu papel nos processos de democratização. Esses movimentos, marcantes por sua heterogeneidade identitária, passaram a lutar contra formas de opressão e exclusão que não se resumem àquelas inerentes à relação de produção, resistindo, questionando e procurando modificar mecanismos de opressão política, social, cultural, sexual e racial.¹⁵⁸

Tais projetos não se identificam com os objetivos do Estado ou do mercado. Razão pela qual Cohen e Arato apontam a necessidade de se criar uma concepção de sociedade civil capaz tanto de superar aquele caráter dual da sociedade perante o Estado, vigente especialmente no contexto socialista europeu e latino-americano, como de abarcar a emergência das novas identidades coletivas. Ao mesmo tempo os autores acreditam que as teorias até então existentes não podem cumprir essa tarefa, dando início, assim, ao projeto de reconstrução teórica.

Quanto aos contornos adquiridos pela sociedade civil na teoria de Jean Cohen e Andrew Arato, é oportuno apresentar considerações elaboradas por Ilse Scherer-Warren e Ligia H. H. Lüchmann que, de forma sucinta e pertinente,

¹⁵⁵ Idem, p. 43.

¹⁵⁶ Ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Los nuevos movimientos sociales**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

¹⁵⁷ Expressão utilizada pela professora Ligia Helena Hahn Lüchmann na disciplina “Teoria dos movimentos sociais e sociedade civil”, ministrada conjuntamente com a professora Ilse Scherer-Warren durante o primeiro semestre de 2009 no curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, da qual se participou como mestranda regularmente matriculada.

¹⁵⁸ Cohen e Arato argumentam que “os objetivos principais dos novos movimentos sociais são as instituições da sociedade civil. Estes movimentos criam novas associações e novos públicos, tratam de tornar as instituições existentes mais igualitárias, enriquecer e ampliar a discussão pública na sociedade civil e influir nos espaços públicos já existentes da sociedade política, ampliando estes potencialmente e os complementando com formas adicionais de participação cidadã.” No original: “los objetivos principales de los nuevos movimientos sociales son las instituciones de la sociedad civil. Estos movimientos crean nuevas asociaciones y nuevos públicos, tratan de volver a las instituciones existentes más igualitárias, enriquecer y ampliar la discusión pública en la sociedad civil e influir en los espacios públicos ya existentes de la sociedad política, ampliando a éstos potencialmente y complementándolos con formas adicionales de participación ciudadana.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**, p. 608.

discorrem sobre noções-chave do pensamento daqueles autores. Referidas considerações não somente reforçam a compreensão de aspectos anteriormente abordados como também servem de sustentáculo àqueles trabalhados posteriormente.

De influência habermasiana, este conceito está inserido em uma perspectiva de análise tripartite de organização societal que questiona a dicotomia público (Estado) e privado (mercado), que historicamente tem separado a sociedade do Estado e reduzido o conceito de política ao campo da organização estatal. A ruptura desta dicotomia se dá, na medida em que, denunciando e publicizando os problemas e injustiças sociais, a sociedade civil opera em âmbito público, porém diferente do Estado, ao mesmo tempo em que, ancorada na esfera privada, diferencia-se do mercado [...] A articulação da sociedade civil com a racionalidade comunicativa e, portanto, com um conjunto de atores que constroem novas identidades e solidariedades, tematiza problemas, demanda novos direitos, institui novos valores e reivindica novas instituições reserva a esta esfera um lugar que, diferenciado do Estado e do mercado, se traduz pelos princípios da pluralidade, privacidade, legalidade e publicidade.¹⁵⁹

Essa esfera de interação social diferenciada do Estado e do mercado¹⁶⁰ – ou mundo da vida – pode ser identificada com o espaço no qual se reproduzem e transmitem culturas, tradições e relações sociais. Há no mundo da vida, assim como nas esferas do Estado e do mercado, instituições especializadas que asseguram a integração social. Com o diferencial, entretanto, de que elas não se reproduzem dentro da lógica sistêmica. Segundo Cohen e Arato, “instituições que podem ser coordenadas comunicativamente aparecem enquanto formas de sociedade civil, ao passo que aquelas guiadas pelo dinheiro ou pelo poder aparecem no nível institucional do sistema.”¹⁶¹

¹⁵⁹ SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis. n. 5, out. 2004. p. 19.

¹⁶⁰ Essa esfera de interação social é “composta antes de tudo da esfera íntima (em especial a família), a esfera das associações (em especial as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública.” No original: “compuesta ante todo de la esfera íntima (en especial la familia), la esfera de las asociaciones (en especial las asociaciones voluntarias), los movimientos sociales y las formas de comunicación pública.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Op. cit., p. 8.

¹⁶¹ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 178.

Aqui convém salientar que a sociedade civil não constitui um espaço no qual estão ausentes os conflitos. Disputas baseadas em interesses particulares existem, bem como disputas em torno de projetos identitários. Trata-se de um espaço naturalmente heterogêneo¹⁶². Assim sendo, a fórmula descrita pelos autores pode não corresponder à realidade da ação social coletiva, na medida em que instituições da sociedade civil podem reproduzir em seu interior relações de poder semelhantes às quais combatem. Todavia, o que não se pode perder de vista é que ainda se mantém viva nesse espaço a possibilidade de comunicação, diálogo e de ações fundadas na solidariedade e cooperação.¹⁶³

As sociedades civis se criam por meio de formas de autoconstituição e automobilização, que se estabelecem e se reproduzem mediante um conjunto de direitos que as reconhece como esfera social e garante a participação política de seus atores.¹⁶⁴ Para Cohen e Arato, “a sociedade civil existe somente onde exista garantia jurídica da reprodução das várias esferas na forma de um conjunto de direitos.”¹⁶⁵

Ademais, as sociedades civis modernas são autolimitadas, ou seja, seus atores articulados tematizam problemas, demandam por direitos, reivindicam novas instituições sociais e políticas e instituem novos valores na esfera social, sem, contudo, terem por objetivo ocupar o lugar do Estado ou do mercado. Os atores das sociedades civis querem defender o mundo da vida contra a sua colonização pela

¹⁶² Segundo afirmação de Evelina Dagnino, “a sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de atores sociais (entre eles, atores conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes.” Ver mais em: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 27.

¹⁶³ Na concepção de Cohen e Arato, a sociedade civil é o lugar “em que os indivíduos falam, reúnem-se, associam-se e raciocinam juntos sobre assuntos de interesse público, além de atuar em concerto com o intuito de influir na sociedade política e indiretamente na tomada de decisões.” No original: “en que los individuos hablan, se reúnen, se asocian y razonan juntos sobre asuntos de interés público, además de actuar en concierto con el fin de influir en la sociedad política e indirectamente en la toma de decisiones.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**, p. 636.

¹⁶⁴ Idem, p. 8

¹⁶⁵ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 154. Essa questão gera discussões sobre a possibilidade de realização de uma sociedade civil global e será retomada no terceiro capítulo.

lógica sistêmica, ao mesmo tempo em que pretendem influenciar na política do Estado.

Essa colocação abre espaço para destacar o caráter ativo das sociedades civis.¹⁶⁶ Elas não apenas se caracterizam como esfera passiva, defensiva, fechada em seus próprios canais de comunicação, diálogo e cooperação, mas guardam em si o potencial para exercer algum tipo de influência e controle sobre as esferas do Estado e da economia.

É por intermédio da sociedade política que os atores da sociedade civil procuram exercer sua influência, pois com ela compartilham formas de organização e comunicação. Compõem-na partidos políticos, organizações políticas – como os sindicatos, por exemplo – e Parlamentos, os quais, diferentemente da sociedade civil, participam diretamente no poder do Estado, procurando controlá-lo e manobrá-lo.

O papel político da sociedade civil não está relacionado diretamente com o controle ou a conquista do poder, mas com a geração de influência mediante a atividade das associações democráticas e a discussão não restringida na esfera pública cultural. Tal papel político é inevitavelmente difuso e ineficaz. Por conseguinte, o papel mediador da sociedade política entre a sociedade civil e o Estado é indispensável, porém igual o são as raízes da sociedade política na sociedade civil.¹⁶⁷

É possível verificar, por meio dos apontamentos anteriormente expressos, que o modelo reconstruído por Cohen e Arato não apenas diferencia a sociedade civil do Estado e da economia, mas também analisa as mediações entre eles. Essa questão faz surgir importantes debates que envolvem, de um lado, a capacidade de

¹⁶⁶ A sociedade civil “[...] não deve ser vista unicamente como algo passivo, como uma rede de instituições, mas também como algo ativo, como o contexto e produto de atores coletivos que se constituem a si mesmos.” No original: “[...] no debe ser vista únicamente como algo pasivo, como una red de instituciones, sino también como algo activo, como el contexto y producto de actores colectivos que se constituyen a sí mismos.” In: ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**, p. 17.

¹⁶⁷ No original: “El papel político de la sociedad civil a su vez no está relacionado directamente con el control o la conquista del poder, sino con la generación de influencia mediante la actividad de las asociaciones democráticas y la discusión no restringida en la esfera pública cultural. Tal papel político es inevitablemente difuso e ineficaz. Por consiguiente, el papel mediador de la sociedad política entre la sociedad civil y el Estado es indispensable, pero igual lo son las raíces de la sociedad política en la sociedad civil.” In: Idem, p. 9.

influência de movimentos sociais e iniciativas cidadãos sobre a sociedade política, e de outro a sua entrada no campo de poder do Estado. Esse fato, segundo a perspectiva dos autores, seria responsável pela descaracterização da ação coletiva.

[...] o custo de ser capaz de atuar sobre os sistemas político e econômico parece ser a penetração da auto-organização societal pela lógica da burocracia, ou seja, o meio do poder. Por sua vez, se a auto-organização societal permanece do lado correspondente do umbral do mundo da vida, é difícil ver de que maneira pode fazer algo a mais que contribuir para o desenvolvimento da 'cultura política' ou de 'novas identidades'.¹⁶⁸

As questões descritas nas linhas anteriores abrem espaço para um debate pertinente, envolvendo a capacidade de a sociedade civil como um todo exercer influência sobre as esferas estatal e econômica.¹⁶⁹ Não faz parte do objetivo desta dissertação aprofundar-se nesse estudo; contudo, a indagação é particularmente importante quando se pensa na atuação de uma sociedade civil global, especialmente porque não há nesse espaço uma sociedade política nos moldes nacionais. A presente discussão será retomada no próximo capítulo.

Em suma, pode-se dizer, com base nos apontamentos efetuados, que a categoria sociedade civil consiste num amplo “guarda-chuva” sob o qual se inserem inúmeros tipos de ação coletiva, que se apresentam na forma de associações civis, organizações e movimentos sociais.¹⁷⁰ Nessa categoria, a constituição e mobilização das ações coletivas manifestam-se no plano nacional, ou seja, as lutas pela garantia de direitos, proteção social, defesa da cidadania e participação política se dão no marco territorial dos Estados-nação.

¹⁶⁸ No original: “[...] el costo de ser capaz de actuar sobre los sistemas político y económico parece ser la penetración de la autoorganización societal por la lógica de la burocracia, es decir, el medio del poder. A la vez, si la autoorganización societal resueltamente permanece en el lado correspondiente del umbral al mundo de la vida, es difícil ver de qué manera puede hacer algo más que contribuir al desarrollo de ‘la cultura política’ o de ‘nuevas identidades’”. In: Idem, p. 525.

¹⁶⁹ Segundo Cohen e Arato, “a auto-burocratização não segue a política da influência.” No original: “la autoburocratización no sigue a la política de la influencia.” In: Idem, p. 620.

¹⁷⁰ A sociedade civil não só não inclui todos os cidadãos, como também tem uma existência concreta, que vai muito além da presença de cidadãos e cidadãs. Sociedade civil tem a ver com organizações, tem a ver com a presença de cidadãos agindo de forma coletiva em diversas áreas da vida cotidiana, cívica, religiosa, cultural, artística, sindical, associativa, voluntária, que se formalizam em movimentos sociais, igrejas, clubes, associações, ONGs, etc. In: PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil “institucionalizada”. **Política e Sociedade**, Florianópolis. n. 5, out. 2004. p. 99-115.

A seguir, visando concluir a apresentação do tema desenvolvido neste tópico, enfoca-se brevemente o papel dos movimentos sociais nas sociedades civis contemporâneas, consoante o entendimento de Jean Cohen e Andrew Arato. Ambos consideram esses atores coletivos os grandes responsáveis por tornar manifesto o caráter ativo da sociedade civil, pois, publicizam os problemas do mundo da vida e podem converter em realidade os potenciais positivos das sociedades civis.¹⁷¹

2.1.1 O papel dos movimentos sociais

Segundo pressupõem Cohen e Arato, os movimentos sociais contemporâneos abandonaram sonhos revolucionários em favor de uma reforma radical. Radicalismo esse denominado como “autolimitado”, na medida em que suas ações não se orientam à ocupação do Estado ou à supressão do mercado, mas, ao contrário, “reconhecem a integridade dos sistemas políticos e econômicos.”¹⁷²

Cabe lembrar, no entanto, a ressalva anteriormente feita acerca da diversidade de projetos que integram o campo das sociedades civis contemporâneas. Assim sendo, parece prudente não generalizar a pressuposição dos autores, tendo como certa a não existência de movimentos sociais com objetivos revolucionários, ou ainda quaisquer outros objetivos distintos do que seria a realização de uma reforma radical autolimitada.¹⁷³ Pode-se, sim, identificar uma tendência, e essa parece ser a intenção dos autores.

A visualização do potencial reformador dos movimentos sociais constitui, no contexto atual, um bom caminho para pensar a modificação das linhas mestras que regem e dão forma à ordem global estabelecida. Acredita-se que as ações desses movimentos no plano global seguem nessa direção, isto é, tratam de consolidar um novo equilíbrio em escala global, de modo a evitar a contínua

¹⁷¹ Os movimentos sociais “constituem o elemento dinâmico em processos que poderiam converter em realidade os potenciais positivos das sociedades civis modernas.” No original: “[...] constituyen el elemento dinâmico en procesos que podrían convertir en realidad los potenciales positivos de las sociedades civiles modernas.” In: ARATO, Andrew; COHEN, **Sociedad civil y teoría política**, p. 556.

¹⁷² No original: “reconocen la integridad de los sistemas políticos y económicos.” In: Idem, p. 557.

¹⁷³ Ver a opinião de Evelina Dagnino na nota de rodapé 162.

imposição, pelo fenômeno da globalização *desde cima*, do pagamento de excessivos custos sociais e ambientais.¹⁷⁴

A ação reformadora dos movimentos sociais tem lugar em sua política dual, ou seja, defende o mundo da vida contra a colonização pela lógica sistêmica, ao mesmo tempo em que pretende influenciar na política do Estado.¹⁷⁵ Conforme exposto, Jean Cohen e Andrew Arato reconstroem o conceito de sociedade civil baseando-se em uma estrutura tripartite fundada na distinção entre sistema e mundo da vida. E consideram que essa mesma lógica dual fornece os instrumentos necessários para explicar os aspectos defensivo e ofensivo da ação coletiva. Nesse sentido, acreditam que os movimentos sociais combinam em sua lógica organizativa uma política dual de defesa da identidade e exercício de influência.¹⁷⁶ De um lado, eles “defendem espaços para a criação de novas identidades e solidariedades e buscam tornar as relações dentro das instituições da sociedade civil mais igualitárias e democráticas.”¹⁷⁷ Em suma, conservam e desenvolvem a estrutura comunicativa do mundo da vida. Mas não somente. Ao mesmo tempo, dirigem a ação estratégica à sociedade política e econômica e, no contexto das lutas por reconhecimento, inclusão e participação, procuram “influir nos atores da sociedade política para que

¹⁷⁴ Esse argumento encontra-se respaldado no marco teórico norteador deste estudo. O debate estabelecido por Richard Falk não tem como intenção propor a supressão das forças da globalização *desde cima* por uma nova e emergente globalização *desde baixo*. Para o autor, trata-se mais de trabalhar na sua contenção e transformação parcial. Ver: FALK, Richard. **La globalización depredadora: una crítica**. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 3-4.

¹⁷⁵ Cohen e Arato consideram a desobediência civil “um dos meios mais importantes por meio do qual os movimentos sociais podem esperar influir na sociedade política.” No original: “uno de los medios más importantes por medio del cual los movimientos sociales pueden esperar influir en la sociedad política.” In: ARATO, Andrew; COHEN, **Sociedad civil y teoría política**, p. 622.

¹⁷⁶ Os autores explicam que “[...] em nossa versão da concepção dual da sociedade, a lógica dual dos novos movimentos pode fazer-se evidente. Nosso enfoque nos permite ver que os movimentos operam em ambos os lados da divisão sistema/mundo da vida, e assim podemos ter em conta as contribuições de ambos os paradigmas da ação coletiva.” No original: “[...] en nuestra versión de la concepción dual de la sociedad, la lógica dual de los nuevos movimientos puede hacerse evidente. Nuestro enfoque nos permite ver que los movimientos operan a ambos lados de la división sistema/mundo de la vida, y así podemos tener en cuenta las contribuciones de ambos paradigmas de la acción colectiva.” In: Idem, p. 592.

Ainda convém explicar que, ao citarem “ambos os paradigmas da ação coletiva”, Cohen e Arato fazem referência ao paradigma da mobilização de recursos e ao paradigma dos novos movimentos sociais. Ambos insuficientes por enfocarem tão somente um único aspecto da ação coletiva: o primeiro enfatiza a sua dimensão estratégica dirigida às estruturas políticas e econômicas, enquanto o segundo salienta a sua dimensão identitária e cultural. Ver mais sobre esse tema nas páginas: 556-585.

¹⁷⁷ No original: “[...] defienden espacios para la creación de nuevas identidades y solidaridades y buscan hacer a las relaciones dentro de las instituciones de la sociedad civil más igualitarias y democráticas.” In: Idem, p. 568.

tomem decisões políticas e iniciem reformas adequadas às novas identidades coletivas.”¹⁷⁸

O caráter ativo das sociedades civis, explicitado anteriormente enquanto potencial para exercer algum tipo de influência e controle sobre as esferas do Estado e da economia, e exemplificado pela ação dos movimentos sociais¹⁷⁹, é um aspecto particularmente importante para a visualização da resistência oferecida pela sociedade civil diante do mercado predominante e de um Estado instrumentalizado.

2.2 As redes da sociedade civil

Conforme abordado no capítulo anterior, a revolução tecnológica informacional desencadeada na década de 70 deu suporte à reestruturação do capitalismo e, ao mesmo tempo, induziu a “um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura.”¹⁸⁰ A tecnologia inseriu-se de modo determinante nas relações de interação entre o indivíduo e o meio em que vive, e deu ensejo a processos de mudança na organização social. Um novo padrão sociotécnico se estabeleceu, penetrou em todas as esferas da atividade humana, e caracterizou as novas tecnologias não somente como ferramentas para a ação, mas igualmente como parte componente de nova forma de vida e relações sociais. Nesse contexto, a conformação de nova estrutura social acompanha a dinâmica própria das transformações tecnológicas, cujas redes remodelaram e reorganizaram funções e processos, compondo a denominada sociedade em rede.¹⁸¹

¹⁷⁸ No original: “[...] influir en los actores de la sociedad política para que tomen decisiones políticas e inicien reformas adecuadas a las nuevas identidades colectivas.” In: Idem, ibidem.

¹⁷⁹ Ver, na obra de Jean Cohen e Andrew Arato, o exemplo do movimento feminista. In: Idem, p. 608-615.

¹⁸⁰ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 68.

¹⁸¹ “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.” In: Idem, p. 565.

Da mesma forma como a generalidade e a dinamicidade das redes técnicas reorganizaram as forças produtivas, o comércio e o consumo nas sociedades globalizadas, também conduziram a diferentes tipos de articulação no campo da sociedade civil. Atores sociais organizados em torno de redes marcam a dinâmica da ação coletiva em fins do século XX.¹⁸² Essas redes, no entanto, constituem-se segundo outra lógica. Oriundas da sociedade civil organizada, caracterizam-se como redes de resistência, concebidas basicamente por laços sociais de afinidade e cooperação.¹⁸³

É importante compreender que, no âmbito da sociedade civil, as ações coletivas em si, qualquer que seja a sua forma – associações, organizações, iniciativas cidadãos ou movimentos sociais –, são criadas com base em múltiplas redes de relações sociais, articuladas por sujeitos que se identificam e compartilham ideias e propostas comuns. Diferindo de outros tipos de redes sociais fundadas em relações cotidianas de parentesco ou amizade, por exemplo, as redes de mobilização da sociedade civil contêm um elemento adicional, qual seja, a intencionalidade.¹⁸⁴ São redes politicamente construídas que procuram apontar problemas e discutir soluções para além dos projetos sistêmicos.¹⁸⁵

No presente tópico, porém, o olhar se amplia e o foco recai sobre as redes como nova forma de relacionamento interorganizacional dos atores sociais.¹⁸⁶ Ilse Scherer-Warren afirma que nas sociedades globalizadas o associativismo

¹⁸² Ver mais em: MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul.-dez. 2007, p. 248-285. Disponível também em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.; SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 111-123.

¹⁸³ Para uma visão ampla sobre a ideia de rede, ver: DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

¹⁸⁴ Ver: SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 15-16; SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 29-50.

¹⁸⁵ “Esses sujeitos coletivos são os que perpetuam a memória histórica de processos civilizatórios emancipadores, que constroem a indignação diante da reatualização de problemas antigos e das reconfigurações das misérias humanas e que sonham com a possibilidade de contribuir para a produção de uma sociedade mais justa e feliz.” In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**, p. 11.

¹⁸⁶ “Nos anos recentes novas formas de auto-organização e de relacionamento interorganizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva. Uma das formas vem sendo chamada de rede.” In: Idem, p. 28.

localizado ou setorizado e os movimentos sociais de base local “percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.”¹⁸⁷ Fica evidente, assim, o caráter estratégico dessas redes, “como elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos.”¹⁸⁸

Pode-se dizer que a construção de redes se apresenta como nova ferramenta a serviço das ações coletivas. Por intermédio delas, é possível estabelecer conexões entre projetos identitários, mas também aproximar atores que desenvolvem projetos distintos, porém vinculados a um objetivo maior e comum de transformação social, combate às formas de desigualdade, pobreza e exclusão, ou de defesa do meio ambiente. Essa forma de ação permite aos coletivos e movimentos sociais ampliarem a troca de informações e comunicações, e articularem relações que ultrapassam o espaço local, fortalecendo o papel da resistência desempenhado pela sociedade civil.¹⁸⁹

No tocante à articulação em redes, Ilse Scherer-Warren estabelece uma distinção analítica entre os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais. De acordo com a autora, ainda que na prática essas categorias se confundam, é importante ter conhecimento dos principais aspectos que as diferenciam.

Coletivo em rede refere-se a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta, como são, por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa. Estes coletivos

¹⁸⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, jan.-abr. 2006. p. 113. Disponível também em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

¹⁸⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras, p. 42.

¹⁸⁹ A estratégia de organização e relacionamentos em rede “aposta na possibilidade de conectar o local ou o específico com o global ou com o interesse mais geral de uma sociedade, de uma região ou mesmo do planeta.” In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**, p. 28.

podem se constituir em segmentos ou subsegmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais.¹⁹⁰

As redes de movimentos sociais, por sua vez, sintetizam múltiplas práticas e articulações entre sujeitos e atores coletivos.

[...] os coletivos em rede poderão ser formas solidarísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, como redes de ONGs diversas no ciberespaço, sendo propulsoras de movimentos específicos, como o feminista, o ecologista, negro, etc.; ou em forma presencial, como as grandes marchas pela paz, constitutivas de um movimento mundial pela paz. Portanto, não definem por si mesmas um movimento social, mas são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação.¹⁹¹

Integram essas dinâmicas organizativas as redes eletrônicas, criadas ou aperfeiçoadas pelo avanço da tecnologia da informação. Em verdade, essas redes constituem-se como instrumentos imprescindíveis para a conexão dos interesses de atores da sociedade civil, particularmente quando se pensa em articulações nos planos nacional, regional ou global.¹⁹² Aqui é possível fazer uma aproximação com o processo de globalização *desde cima*, quer dizer, assim como as redes tecnológicas deram suporte à reestruturação do capitalismo e reorganização das atividades produtivas, de comércio e consumo, da mesma forma, viabilizaram a articulação e coordenação das ações oriundas da sociedade civil.

¹⁹⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 35.

¹⁹¹ Idem, p. 36.

¹⁹² “É importante salientar que estas redes sociais estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento de redes físicas e de recursos comunicativos. O desenvolvimento das redes tecnológicas e a possibilidade de criação de redes de comunicação, redes de interesses específicos, redes técnicas, utilizando os mais variados recursos, meios e canais, são fundamentais para o desenvolvimento destas redes de movimentos sociais.” In: SOUZA, Marcio Vieira de. **As vozes do silêncio de uma rede de redes: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 1995. p. 63.

2.2.1 A necessidade de tecer novas redes

O uso das redes – sociais e eletrônicas – permite aos grupos da sociedade civil, localizados em lugares mais ou menos distantes, ampliarem o seu campo de ação até uma dimensão global.¹⁹³ E, num cenário de globalização, essa parece ser mesmo uma necessidade.

A realidade dos problemas globais como atualmente se apresenta, a exemplo do que pôde ser visualizado no capítulo anterior, só poderá ser enfrentada pela junção em redes globais de atores da sociedade civil comprometidos com sua transformação. Essas formas de articulação política dão um novo significado à resistência, que passa a agir no espaço mais amplo, no qual de fato são tomadas as decisões. Com isso, não se pretende afirmar que as atuações locais e nacionais perdem importância, mas apenas consolidar a percepção de que outro âmbito de ação também é necessário.

O capítulo seguinte enfoca a materialização da junção em redes globais dos atores da sociedade civil. As quais, segundo Richard Falk¹⁹⁴, traçam os contornos de uma sociedade civil global e guardam em si o potencial gerador de outro processo de globalização, *desde baixo*.

¹⁹³ “Por exemplo, o movimento feminista compreende múltiplas práticas que vão desde as realizadas por sujeitos sociais em suas vidas cotidianas, às de grupos femininos comunitários, de ONGs que trabalham com a questão da mulher, da representação civil na esfera pública, até as da participação por meio de organizações de mulheres nos fóruns globais.” In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. p. 17.

¹⁹⁴ FALK, Richard. **La globalización depredadora**: una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

3 A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO *DESDE CIMA*

Somos las vocês alzadas contra el muro de silêncio.

*Somos los que creemos que outro mundo es posible.*¹⁹⁵

Da mesma forma como se manifestam as discussões em torno do conceito de sociedade civil, a ideia a respeito da formação e atuação de uma sociedade civil global¹⁹⁶ mostra-se controversa e geradora de visões muitas vezes incompatíveis entre si.

Referido tema será abordado no primeiro tópico e envolverá, entre outros aspectos, a exposição de dois pontos de vista distintos: o de Jean Cohen e Richard Falk. A discordância entre ambos resulta do fato de pensarem a partir de diferentes bases analíticas, ou seja, enquanto Cohen recupera o seu conceito de sociedade civil – organizada no espaço territorial nacional – para desenvolver noções a respeito da sociedade civil global, Falk se concentra na realidade das ações sociais articuladas globalmente.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Trechos extraídos da “poesia abierta” elaborada por Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco. Ver o texto completo em: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. **Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización**. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005. p. 15-17.

¹⁹⁶ As expressões *transnacional* e *internacional* também são utilizadas para designar a articulação dos atores das sociedades civis num território mais amplo, para além do espaço nacional. Todavia, utiliza-se a expressão *global* por entendê-la mais adequada. Assim como a revolução tecnológica informacional deu suporte estrutural para que a economia, o mercado e as finanças atuassem globalmente, funcionando em tempo real em muitas partes do planeta, também permitiu aos atores das sociedades civis articularem e coordenarem ações globais desvinculadas de sua referência nacional, e com potencial para alcançarem e influenciarem quase ilimitadamente todo o globo terrestre.

¹⁹⁷ Sérgio Costa salienta ainda outro aspecto relativamente às diferentes visões acerca do tema. O autor entende ser equivocada a utilização da expressão sociedade civil global, e explica que as ações

Considera-se importante para o desenvolvimento do capítulo a realização dessa abordagem inicial, uma vez que a adoção de uma ou outra perspectiva poderá determinar os rumos e as conclusões da pesquisa. Assim, convém esclarecer que este estudo segue a perspectiva de Richard Falk. Conforme se verificará, pensar os contornos da sociedade civil global segundo esse autor envolve desvinculá-la, em alguns aspectos, de características inerentes às sociedades civis nacionais. O que, por outro lado, não se faz presente nas reflexões de Jean Cohen.

Na sequência, procura-se descrever sobre a realidade das ações sociais articuladas globalmente. Para tanto, empreende-se um breve resgate histórico dos vários movimentos, protestos, manifestações e fóruns que, a partir da segunda metade da década de 1990, marcaram o cenário global pelo ideal que defendiam, por sua dimensão articulatória e seu impacto deslegitimador sobre o processo de globalização *desde cima*.

Feitos esses apontamentos, o terceiro tópico desenvolve considerações diretamente ligadas ao problema proposto nesta pesquisa, inserindo elementos que permitam comprovar ou não a hipótese proposta. Expõe-se, então, novamente sobre as redes tecnológicas. No entanto, dessa vez como instrumento da globalização *desde baixo*, entendendo que a mesma tecnologia que tornou possível a reestruturação do sistema capitalista e a difusão da ideologia neoliberal poderá garantir a mobilização rápida e simultânea da sociedade civil global.

3.1 Noções conceituais

Jean Cohen aponta a mudança de foco promovida pelo fenômeno da globalização como fonte principal dos debates sobre a sociedade civil global, pois, já

políticas da sociedade civil nas esferas públicas nacionais legitimam-se por meio de um aparato jurídico, político e cultural e princípios de justiça que, de forma alguma, podem ser reproduzidos no cenário transnacional. Assim sendo, a utilização dessa expressão sugeriria que “a legitimidade da ação política das redes não governamentais transnacionais pode apoiar-se nestes mesmos princípios, quais sejam, de um lado, a articulação feita pelas sociedades civis nacionais entre formas culturais de vida e princípios de justiça; de outro, a existência de uma esfera pública abrangente e acessível a todos os atores sociais.” Para Costa, tal esfera pública não existe e tampouco se encontra em formação. In: COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 164-166.

não é exclusivamente no contexto do Estado que se discute o papel democratizante e integrador da sociedade civil, mas também no contexto da atual ordem mundial.¹⁹⁸

Inúmeros fatos associados à globalização evidenciam a vulnerabilidade dos Estados e o baixo controle que exercem sobre seus territórios e fronteiras, além da reduzida capacidade para protegerem sua população. A expansão do comércio internacional, a rapidez dos fluxos de capitais, a autonomização das redes financeiras, o imenso poder exercido pelas empresas transnacionais e a natureza global dos riscos envolvendo danos ambientais, questões sociais e a proliferação do crime organizado são alguns dos fatos responsáveis pela reconfiguração da soberania estatal. Ao mesmo tempo, novos arranjos de poder se apresentam no cenário mundial. Instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, dispõem de competência para definirem normas e imporem decisões e padrões de conduta aos Estados – e indiretamente às suas populações –, originando novas formas de governança¹⁹⁹ que prescindem do seu poder de governo.²⁰⁰

Segundo a autora, os debates sobre o papel democratizante da sociedade civil em escala global ganham espaço na medida em que essas novas formas de governança “não são democraticamente estruturadas, não prestam contas a um corpo de cidadãos nem os representam”²⁰¹. Nesse contexto, acredita-se que a sociedade civil global geraria solidariedades, tornaria públicas as grandes questões e compensaria o déficit democrático da nova ordem mundial.²⁰²

¹⁹⁸ Convém ter em mente advertências da autora a respeito do papel do Estado no contexto da globalização: “[...] não subscrevo a tese ‘forte’ da globalização que relegou o Estado nacional à lata do lixo da história. Prefiro um entendimento ‘fraco’ do conceito, que ainda atribui ao Estado importantes aspectos de soberania e continua a ver a sociedade política nacional como referente decisivo para os atores civis. Contudo, é fato que a soberania do Estado está particularmente desagregada; alguns de seus elementos foram deslocados ‘para cima’, para o âmbito de organismos regionais, internacionais ou globais, e ‘para baixo’, ao nível de atores privados e locais. Em síntese, existem camadas adicionais de instituições políticas e jurídicas independentes do Estado, que o complementam, mas não o substituem.” In: COHEN, Jean. *Sociedade civil e globalização: repensando categorias*. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. p. 423. Também disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

¹⁹⁹ Sobre o tema ver: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst Otto (Org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

²⁰⁰ COHEN, Jean. Op. cit., p. 420-421.

²⁰¹ Idem, p. 420.

²⁰² Idem, p. 421-422.

Para Jean Cohen, todavia, esse parece ser um ideal inatingível. Na sua perspectiva, a atuação da sociedade civil global encontra-se intrinsecamente vinculada à existência de canais participativos e de uma sociedade política no plano global. “Sem a institucionalização de uma sociedade política bastante inclusiva nos organismos públicos que tomam as decisões econômicas mundiais, atores das redes da sociedade civil e a ‘opinião pública mundial’ não terão condições de influir ou ter controle nesse nível decisório.”²⁰³

Essas são, conforme visto no segundo capítulo, características inerentes às sociedades civis nacionais. Nessa esfera, a participação dos atores sociais é reconhecida e garantida por um conjunto normativo interno, que por sua vez também permite a composição das sociedades políticas. Assim sendo, constata-se que a autora procura repensar, para o plano global, elementos fundantes da sociedade civil. E com isso, embora tente explicitamente evitar, acaba por recorrer à “analogia local”, visualizando aqueles elementos em um contexto nada semelhante ao nacional.

Relações complexas e interdependentes conformam a ordem mundial, a qual vigora sem um poder político centralizado, representado internamente pela figura do Estado, e sem um conjunto normativo estruturado e hierárquico a exemplo do que se apresenta no âmbito nacional. Ademais, a construção de uma sociedade política bastante inclusiva que viabilize aos atores das redes da sociedade civil participarem em procedimentos formais e de tomada de decisões nas instituições globais, na forma sugerida pela autora, não constitui, do ponto de vista dessas mesmas instituições, um ato desejável e tampouco uma necessidade. Evidentemente, elas não foram criadas para cumprirem esse objetivo, o que denotaria perda de controle e poder. Diante dessas circunstâncias, e considerando a lógica da manutenção do *status quo*, parece improvável qualquer reação espontânea no tocante à inclusão da sociedade civil nesse nível decisório.

Talvez fosse o caso de indagar se no jogo da governança global a abertura de canais institucionais à participação formal da sociedade civil e sua inclusão no processo decisório se apresenta como um ideal atingível.

²⁰³ Idem, p. 452.

Certamente não se trata de tarefa impossível, mas, no atual contexto, somente realizável por meio da pressão global dos atores da sociedade civil. Nesse sentido, a visão sobre o tema seria mais ampla do que aquela apresentada por Jean Cohen. Ou seja, pensar na atuação da sociedade civil global como forças sociais de resistência, cujo papel fundamental consiste em influenciar a revisão das linhas mestras conducentes do processo de globalização *desde cima*.²⁰⁴

Isso não significa desconsiderar que, no âmbito da resistência, também devem se concretizar lutas pela abertura de canais participativos e pela criação de uma base institucional garantidora e legitimadora das ações sociais. No entanto, é importante visualizar a capacidade de ação da sociedade civil global para além das vias formais, em consonância com a realidade das ações articuladas globalmente e já responsáveis pela consolidação de um corpo de resistência.

As reflexões de Richard Falk se orientam nesse sentido, e fazem referência à sociedade civil global como “campo de ação e pensamento ocupado por iniciativas cidadãs, individuais e coletivas, de caráter voluntário e sem ânimo de lucro, tanto dentro dos Estados como em escala transnacional.”²⁰⁵ Nessa perspectiva, a sociedade civil global não existe enquanto espaço institucionalizado, e nem se encontra associada a algum agente normativo, mas está virtualmente livre. A partir desse campo, e por meio de ações que transpõem o espaço territorial nacional, questionando o rumo tomado pelo fenômeno da globalização *desde cima* e pressionando por um novo modelo de política internacional²⁰⁶, a sociedade civil global gera influência e contribui para a consolidação de novos princípios em escala global. Nas suas práticas, Falk identifica a emergência de outro processo de globalização, *desde baixo*, que não se conduz pela lógica do mercado e cujo papel

²⁰⁴ FALK, Richard. **La globalización depredadora**: una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 205.

²⁰⁵ No original: “campo de acción y pensamiento ocupado por iniciativas ciudadanas individuales y colectivas, de carácter voluntario y sin ánimo de lucro, tanto dentro de los Estados como a escala transnacional.” In: Idem, p. 201-202.

²⁰⁶ Ocupando o espaço global com seus movimentos questionadores e exercendo pressão sobre o poder político internacional, a sociedade civil global corresponde, na perspectiva de Giovanni Olsson, a um contrapoder, que exerce papel central para as estratégias emancipatórias na política global contemporânea. Ver mais em: OLSSON, Giovanni. **Poder político e sociedade internacional contemporânea**: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades. Ijuí: Editora da Unijuí, 2007. p. 361-376.

histórico consiste em contribuir para a formação de um espaço político e ideológico alternativo.²⁰⁷

Na visão do autor, não se trata de pensar ambos os fenômenos – *desde cima* e *desde baixo* – em termos de um enfrentamento dogmático e, tampouco, de visualizá-los numa relação rival de soma zero, quer dizer, onde o ganho de uma das partes implica a perda total da outra.²⁰⁸ O que está em jogo no atual contexto é a reconciliação do “funcionamento do mercado global com o bem-estar dos povos e a capacidade de sustentação da Terra.”²⁰⁹ Questionar premissas até então inquestionáveis e recuperar aquilo que se perdeu ao longo do processo de globalização *desde cima*, nisso consiste o papel da resistência global que emerge *desde baixo*.

Percebe-se, assim, que Richard Falk não lhe atribui o papel de reverter aquele processo.²¹⁰ Para ele, a “globalização está amplamente aceita e arraigada para que seu impacto integrador fundamental seja reversível.”²¹¹ E além disso, mesmo reconhecendo os custos sociais e ambientais, o autor considera os efeitos

²⁰⁷ FALK, Richard. Op. cit., p. 203. Boaventura de Sousa Santos também distingue duas formas contraditórias de globalização: a neoliberal – ou hegemônica – e a contra-hegemônica. Esta se configura com base nas políticas de resistência da sociedade civil global, animada por um conjunto de princípios diversos daqueles que orientam a globalização neoliberal. O autor designa “por globalização contra-hegemônica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais, políticas e culturais da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. v. 4. p. 400.

²⁰⁸ FALK, Richard. Op. cit., p. 199 e 203.

²⁰⁹ No original: “funcionamiento de mercado global con el bienestar de los pueblos y la capacidad de sustentación de la tierra.” In: Idem, p. 199.

²¹⁰ Diferentemente dessa perspectiva, François Houtart aponta que as alternativas construídas coletivamente pelos movimentos globais de resistência não podem ser senão pós-capitalistas. Segundo o autor, não se “pode contentar com um simples rearranjo humanista das relações sociais existentes, ou das regulações propostas pelo neoclassicismo econômico ou ainda pelo liberalismo social.” In: HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 98. A mesma postura pode ser observada em movimentos que compõem a sociedade civil global, para os quais o objetivo central consiste em lutar pela *desglobalização*. Naturalmente, essa é uma dentre as distintas propostas da sociedade civil global em relação à globalização *desde cima*. Ver mais em: BENTO, Leonardo Valles. **Governança global**: uma abordagem conceitual e normativa das relações internacionais em um cenário de interdependência e globalização. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2007. p. 446-448.

²¹¹ No original: “globalización está demasiado ampliamente aceptada y arraigada como para que su impacto integrador fundamental sea reversible. In: FALK, Richard. Op. cit., p. 205.

positivos decorrentes do fenômeno da globalização *desde cima*. Trata-se, então, de preservar alguns desses efeitos, procurando regular as tendências adversas.

Não há nada inerentemente errôneo em incentivar as economias de escala e a busca de vantagens comparativas, enquanto os efeitos sociais, ambientais, políticos e culturais sejam em sua maior parte positivos. O que é objetável é condescender com um tipo de misticismo de mercado que outorga hegemonia política à promoção do crescimento econômico, sem prestar atenção às consequências sociais adversas, e dá forma à política econômica sobre a base de certezas ideológicas que não contemplam nem remotamente as realidades do sofrimento humano.²¹²

A reconciliação entre o funcionamento do mercado global e o bem-estar dos povos e do planeta depende fundamentalmente de um Estado que se encontra hoje orientado ao mercado global, e cujas políticas públicas estão fortemente condicionadas à disciplina do capital. Nesses termos, observa Richard Falk, faz-se necessário o aparecimento de um novo equilíbrio nas relações entre o Estado, o povo e o capital. E as forças da globalização *desde baixo* têm também esse papel, ou seja, exercer pressão sobre os próprios Estados para que redirecionem suas políticas e recuperem algum controle sobre o rumo tomado pelo processo de globalização *desde cima*.²¹³

Esse é um aspecto importante, pois a reconfiguração do espaço de atuação das sociedades civis – agora também global – visa responder a novos desafios, mas não modifica o fato de que os resultados e as conquistas provenientes de tal atuação se materializam no espaço territorial dos Estados, na forma de um conjunto normativo e de políticas públicas preocupadas com questões sociais e ambientais. Dessa maneira, embora o globo seja hoje a unidade operacional básica, e as nações se encontrem inseridas num espaço mais amplo de tomada de

²¹² No original: “No hay nada inherentemente erróneo en incentivar las economías de escala y la búsqueda de ventajas comparativas, mientras los efectos sociales, medioambientales, políticos y culturales sean en su mayor parte positivos. Lo que es objetable es condescender con un tipo de misticismo de mercado que otorga hegemonía política a la promoción del crecimiento económico, sin prestar atención a las consecuencias sociales adversas y da forma a la política económica sobre la base de certidumbres ideológicas que no contemplan ni remotamente las realidades del sufrimiento humano.” In: Idem, p. 189.

²¹³ Idem, p. 3.

decisões, os Estados seguem sendo os principais responsáveis por garantir a proteção e a segurança de seus povos.

Tendo sido expostas as reflexões de Richard Falk sobre a sociedade civil global e a emergência de um novo processo de globalização, é imprescindível apresentar também, relativamente a essa temática, importante ressalva explicitada pelo próprio autor. Com a utilização dos termos *desde cima* e *desde baixo*, em referência às ações globais do mercado e do capital e às respectivas respostas sociais, não se pretende traçar linha divisória entre forças essencialmente malévolas e benévolas. Em verdade, seria equivocado e um tanto simplista visualizar ambos os fenômenos tendo por base esse panorama dual.²¹⁴

Convém lembrar e transpor para o âmbito global a noção de que a sociedade civil não constitui um espaço no qual estão ausentes os conflitos, e tampouco pode ser vista como capaz de praticar a pura benevolência e altruísmo. Aquele campo de ação e pensamento ocupado por iniciativas cidadãs orientadas globalmente que, segundo Falk, dá existência à sociedade civil global, compõe-se pela heterogeneidade de atores sociais que apresentam os mais variados projetos políticos e assumem posturas distintas perante o fenômeno da globalização *desde cima*. E inclusive, de acordo com o exposto por Evelina Dagnino, podem ser conservadores, não-civis ou pouco democráticos.²¹⁵

Todavia, conforme ressaltado, não se pode perder de vista que ainda permanece viva nesse espaço a possibilidade de comunicação e diálogo. Assim como a prática de ações fundadas na solidariedade e cooperação que, apesar das diferenças, aproximam-se em prol de um objetivo comum e maior. É para esse aspecto da sociedade civil global que se volta a atenção neste capítulo.

²¹⁴ Idem, p. 202.

²¹⁵ Ver nota de rodapé 162.

3.2 A materialização da resistência

Muitas são as iniciativas que procuram oferecer resistência aos efeitos negativos provocados pela globalização *desde cima*. Elas ocupam o cenário global e partem não somente de grupos diretamente afetados pelas transformações desencadeadas no âmbito do trabalho, ou daqueles que veem, a cada dia, reduzidas ou suprimidas suas condições de subsistência, como demonstrado no primeiro capítulo. Em realidade, as demandas desses grupos se ligam a outras, oriundas das mais diversas camadas da população mundial, que sentem – direta ou indiretamente²¹⁶ – e reagem aos efeitos de um sistema econômico conduzido fundamentalmente pela lógica do mercado. Considerando que cada vez mais a lógica mercantil penetra em outros setores da sociedade, tais como educação, segurança, saúde e cultura, estabelece-se relação inequívoca entre as muitas e diversificadas iniciativas sociais.²¹⁷

Essas vozes críticas vêm convergindo e deslegitimando conjuntamente a ordem estabelecida, numa sequência de mobilizações, encontros, conferências, marchas, campanhas, protestos e fóruns globais que compõem a resistência e dão forma a um amplo e difuso movimento antiglobalização (MAG)²¹⁸. O qual traz em seu

²¹⁶ As relações indiretas “concernem centenas de milhões de pessoas que, longe de estarem sempre conscientes dos laços que as unem ao sistema econômico mundial, nem por isso deixam de sentir os efeitos desastrosos de sua existência. E, de fato, as relações de causa e efeito são pouco visíveis, requerendo análise e aplicação da abstração às realidades concretas para relacionar, por exemplo, o monetarismo e a perda de poder de compra das classes populares, os paraísos fiscais e o subemprego.” In: HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 92.

²¹⁷ Idem, p. 89-91.

²¹⁸ Sobre a terminologia *antiglobalização*, convém apresentar algumas considerações. Este trabalho adota a perspectiva de Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco, e inclusive suas justificativas, para a utilização do referido termo. Apesar das polêmicas disputas terminológicas e discordâncias de grupos reformistas, as autoras mantêm o que denominam definição negativa do movimento. Isso porque “a complexidade das agendas, os atores e as propostas que o configuram somente nos permitem encontrar como nexos comuns incontestáveis: o rechaço ao estado de coisas, independentemente do alcance das mudanças que projeta.” No original: “la complejidad de las agendas, los actores y las propuestas, si las hubiera, que lo configuran sólo nos permiten encontrar como nexos comunes incontestables: el del rechazo al estado de cosas, con independencia del alcance de los cambios que plantee.” In: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. **Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización**. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005. p. 57. De outro lado, porém, é necessário esclarecer que alguns autores fazem uso do termo *antimundialização*. Nesse sentido, os trechos que retratam ideias desses autores manterão preservadas as suas preferências, e não implicarão o uso indiscriminado de ambos os

bojo vasto conglomerado de ativistas, intelectuais, associações civis, coletivos em rede, organizações não-governamentais, movimentos sociais e, com menor participação, sindicatos e partidos políticos. As ações desses grupos assumiram caráter continuado e persistente durante toda a década de 1990 até os dias atuais e, ao longo do percurso, resultaram em marcantes momentos de intervenção da sociedade civil global.

Na sequência, tendo por base um roteiro cronologicamente organizado²¹⁹, procura-se dar mostras da concretização desse conjunto de iniciativas e ações globais, evidenciando a realidade do que Richard Falk denomina globalização *desde baixo*.

1991	Reunião dos camponeses na Nicarágua. Nasce o movimento denominado Via Campesina
1992	Campanha internacional “500 anos de resistência” Primeiros protestos perante a Cúpula da Terra da ONU no Rio de Janeiro. Surge a ASEED
1994	Levantamento zapatista em Chiapas Protestos contra a Rodada Uruguai da OMC Campanha internacional “50 anos bastam”
1995	Ação concentrada no continente europeu, que se traduziu na campanha “contra a Europa do capital”
1996	Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Chiapas
1997	Campanha anti-AMI

termos por parte desta autora. Ver: HOUTART, François. Op. cit., p. 89-98.; SEOANE, José; TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 149-185.

²¹⁹ Referido roteiro foi adaptado tendo como base informações contidas na seguinte obra: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. **Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización**. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005. p. 93-95. Para maiores detalhes sobre cada um desses eventos, ver as páginas 96-185.

	<p>Segundo Encontro pela Humanidade e contra o Neoliberalismo</p> <p>Convergência em Amsterdã: marchas contra o desemprego por ocasião da realização da Cúpula Europeia que firmou o Tratado de Amsterdã</p>
1998	<p>Protestos contra a Segunda Conferência Ministerial da OMC</p> <p>Continua a campanha contra o AMI</p> <p>Primeira convocatória em Genebra da Ação Global dos Povos</p> <p>Cúpula dos Povos da América contra a ALCA</p> <p>Criação do Movimento Internacional ATTAC, em Paris</p> <p>Cúpula anti-G-8, em Birmingham</p> <p>Primeira “Jornada Mundial de Protestos”, convocada pelo grupo Reclaim The Streets</p>
1999	<p>Cúpula anti-G-8 em Colônia</p> <p>Segundo dia de Ação Global</p> <p>Encontro internacional “Outro mundo é possível”</p> <p>Segunda reunião da Ação Global dos Povos, em Bangalore (Índia)</p> <p>Manifestação contra a Rodada do Milênio da OMC – nasce “midiaticamente” o MAG</p> <p>Primeiro Fórum “O outro Davos”</p> <p>Caravana intercontinental dos povos indígenas, da Ação Global dos Povos</p> <p>Primeira reunião do “Grito dos excluídos”</p> <p>Cúpula Sul-Sul sobre dívida em Johannesburg</p> <p>Terceiro Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo</p>
2000	<p>Protestos:</p> <p>Bangkok, contra a UNCTAD</p> <p>Washington, contra o FMI e o Banco Mundial</p>

	<p>Bolonha, contra a OCDE</p> <p>Quarto dia de Ação Global, em Londres</p> <p>Okinawa, contra o G-7</p> <p>Melbourne, contra o FEM</p> <p>Praga, contra a Assembleia Geral do FMI e Banco Mundial</p> <p>Nice, contra o Conselho Europeu</p> <p>Nova York, contra a Cúpula do Milênio da ONU</p> <p>Cúpula social alternativa à ONU, em Genebra</p> <p>Marcha Mundial das Mulheres</p> <p>Encontro Internacional Dakar 2000</p> <p>Segundo Fórum “O outro Davos”</p> <p>Campanha Jubileu 2000, pela condenação da dívida externa</p>
2001	<p>Protestos:</p> <p>Toronto, contra a ALCA</p> <p>Québec, Segunda Cúpula Contra a ALCA dos Povos das Américas</p> <p>Ottawa, contra o G-20</p> <p>Doha, contra a OMC</p> <p>Protestos contra a guerra do Afeganistão</p> <p>Laeken, contra a Cúpula da União Europeia</p> <p>Gottemburgo, primeiro manifestante ferido a bala na Cúpula de fechamento do semestre europeu</p> <p>Barcelona, suspensão da Cúpula do Banco Mundial</p> <p>Genova, manifestação contra a reunião do G-8 – morre Carlo Giuliani</p> <p>Cancun, contra o FEM</p> <p>Chile, contra o BID</p> <p>Primeiro encontro europeu da Ação Global dos Povos, em Milão</p>

	<p>Primeiro encontro de movimentos sociais organizado pela ATTAC, na cidade do México</p> <p>Fórum Social de Durban</p> <p>Terceira conferência da Ação Global dos Povos, na Bolívia</p> <p>Encontro contra o ALCA, em Havana</p> <p>Encontro da Marcha Mundial das Mulheres, em Montreal</p> <p>Dia de Ação Global da Via Campesina pela soberania alimentar</p> <p>Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre</p> <p>Terceiro Fórum “O outro Davos”</p>
2002	<p>Protestos:</p> <p>Washington, contra a ameaça de intervenção no Iraque</p> <p>México, contra a Conferência de Monterrey</p> <p>Canadá, contra a reunião do G-8</p> <p>Copenhague, contra o Conselho da União Europeia</p> <p>Segunda reunião europeia da Ação Global dos Povos em Leiden (Bélgica)</p> <p>Segundo encontro hemisférico contra o ALCA, em Havana</p> <p>Jornadas da Ação Global “insurreição argentina”</p> <p>Fórum de Manágua 2002, em resposta ao Plano “Povoar Panamá” e ao ALCA</p> <p>Encontro continental “Outra América é possível”, em Quito</p> <p>Segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre</p> <p>Primeiro Fórum Social Temático da Argentina, em Buenos Aires</p> <p>Primeiro Fórum Social Africano, em Bamako</p> <p>Fórum Social Europeu, em Florência</p> <p>Fórum Social de Marrocos</p>

	Fórum Social Temática da Palestina, em Ramala
2003	<p>Protestos em Miami, contra o ALCA</p> <p>Entre 15 de fevereiro e 15 de março, dias de ação global contra a guerra do Iraque</p> <p>Quarto Fórum “O outro Davos”</p> <p>Protestos contra o G-8, em Evian</p> <p>Protestos contra a Cúpula da União Europeia, em Tessalonica</p> <p>Protestos contra a Rodada da OMC, em Cancun</p> <p>Campanha italiana contra o semestre europeu</p> <p>Fórum Social Europeu, em Paris</p> <p>Terceiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre</p> <p>Fórum Social Asiático, na Índia</p>
2004	<p>Quarto Fórum Social Mundial em Bombay</p> <p>Campanha contra a Constituição Europeia</p> <p>Mobilizações no aniversário da guerra do Iraque</p> <p>Fórum Social Europeu, em Londres</p> <p>Campanha <i>Life After Capitalism</i>, em Nova York</p> <p>Terceiro Fórum Social Pan-Amazônico</p> <p>Fórum Social das Américas</p> <p>Fórum Social Tripla Fronteira</p>

Algumas dessas ações serão abordadas a seguir, não com a intenção de atribuir-lhes maior grau de importância em relação às demais, mas por entender que seus resultados podem ser citados como exemplos que expressam a força da sociedade civil global. É necessário ter em mente que cada uma dessas iniciativas não existe isoladamente, mas influenciam-se continuamente umas às outras, sugerindo a possibilidade de percebê-las como partes de um todo.

Cabe expor algumas considerações acerca do levantamento zapatista em Chiapas, ocorrido no ano de 1994. O *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional* (EZLN), cujas ações concentraram-se no território mexicano, chamou à discussão o problema da exclusão social e apontou para a condição dos excluídos, no México e no mundo, empreendendo uma luta que encontrou – e ainda encontra – eco em muitos lugares e em meio a diferentes povos.

O *Ejercito Zapatista* constitui-se majoritariamente por camponeses indígenas, que se puseram a denunciar os efeitos das políticas neoliberais adotadas pelo governo mexicano, e a enfrentar as forças do capital. Embora seus integrantes se mobilizem maciçamente desde a década de 1970 pela garantia do direito à terra, foi na década de 1990 que as ações zapatistas reverberaram pelo mundo. Nesse momento, a adoção de políticas econômicas liberais como meio preparatório para ingresso do México no Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) desmantelou a frágil economia das comunidades camponesas, baseada na silvicultura, criação de gado e culturas de café e milho.²²⁰ Medidas liberais igualmente promoveram emendas à Constituição mexicana, abolindo “o direito de posse comunal sobre a propriedade rural por parte dos moradores das vilas em prol da comercialização em larga escala da propriedade individual.”²²¹

Segundo Castells, em 1992 e 1993 os camponeses mobilizaram-se pacificamente.²²² Contudo, diante da indiferença dos governantes, decidiram pela adoção de outras táticas, organizando revoltas armadas. Foi assim que em 1º de janeiro de 1994, data em que passou a vigorar o Acordo Constitutivo do NAFTA, cerca de três mil homens e mulheres integrantes do *Ejercito Zapatista* reagiram à

²²⁰ Idem, p. 98-99.

²²¹ Idem, p. 99. Liszt Vieira complementa: “Para ser admitido no NAFTA, o México suprimiu diversos dispositivos constitucionais, entre os quais a proibição de compra de terra por capital americano e canadense. Nos últimos anos, o pequeno campesinato mexicano vem sendo esmagado pelo avanço do *agrobusiness* multinacional.” In: VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 194.

²²² “Foi somente após 1992, quando as promessas de reforma continuaram sendo apenas promessas, e quando a situação de penúria das comunidades de Lacandon agravou-se ainda mais em razão do processo de modernização econômica do México, que os militantes zapatistas montaram sua própria estrutura e deram início aos preparativos para a guerra de guerrilha. Em meio de 1993, articularam-se as primeiras escaramuças contra o exército, mas o governo mexicano abafou o incidente para evitar problemas na ratificação do NAFTA pelo Congresso norte-americano.” In: CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 101.

sua celebração, assumindo o controle das principais cidades no Estado mexicano de Chiapas e dando início a confrontos armados com policiais e soldados.²²³

A forte mobilização dos zapatistas e o apoio da sociedade às suas reivindicações forçaram as autoridades governamentais a negociarem e discutirem “sobre reforma política, direitos dos indígenas e reivindicações sociais.”²²⁴ Internamente as revoltas desafiaram e modificaram aspectos do sistema político mexicano, reafirmaram a identidade cultural indígena e deram voz a um grupo inserido “na continuidade histórica de cinco séculos de luta contra a colonização e a opressão.”²²⁵ Externamente os zapatistas são um exemplo da resistência ao neoliberalismo, e “parecem ter transformado em realidade o pior dos pesadelos dos especialistas da nova ordem global.”²²⁶

A partir de então, o muro de silêncio parece ter sido definitivamente rompido. O movimento gerado pelo zapatismo dá ensejo a duas outras iniciativas de proporções globais: o Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo e a Ação Global dos Povos (AGP)²²⁷. O Primeiro Encontro Intergaláctico aconteceu em 1996 no México e se prolongou em reuniões realizadas na Espanha (1997) e no Brasil (1999). A Primeira Convocatória da Ação Global dos Povos ocorreu em 1998 e também se repetiu nos anos seguintes, na Índia, em 1999, e na Bolívia, em 2001.

No bojo dessas ações, começou a germinar, na América do Norte, o que se tornaria uma extensa campanha contra o Acordo Multilateral de Investimento (AMI). Em 1997, a associação *Global Trade Watch* divulgou, inicialmente entre as associações e ativistas norte-americanos, os primeiros esboços de um Tratado Internacional que vinha sendo negociado quase secretamente desde 1995 pelos países integrantes da OCDE. E não demorou para que o continente europeu e o resto do mundo tomassem conhecimento da existência, bem como das firmes intenções desse Acordo.²²⁸

²²³ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 97-98.

²²⁴ Idem, p. 98.

²²⁵ Idem, p. 101.

²²⁶ Idem, p. 106.

²²⁷ Para mais informações sobre a Ação Global dos Povos (AGP), ver: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. Op. cit., p. 120-125.

²²⁸ SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Op. cit., p. 154-155.

O AMI voltava-se integralmente aos interesses das empresas transnacionais. Uma vez celebrado, tais empresas assumiriam controle exageradamente amplo sobre as decisões governamentais.²²⁹ E os governos nacionais, por seu lado, desempenhariam papel bastante tímido no que concerne à regulação e controle do fluxo de capitais, à proteção das empresas domésticas e da economia nacional, à proteção ambiental, às garantias sociais, enfim, à defesa de seus próprios interesses. Num inequívoco e ultrajante atentado contra a soberania, a democracia e os direitos dos povos.²³⁰

Liszt Vieira considera que não por acaso as negociações do AMI ocorriam no âmbito da OCDE. Tratava-se de escolha estratégica, já que a maioria dos países não tem representatividade nessa organização internacional, ao contrário da Organização Mundial do Comércio, por exemplo. A esses países, todos pobres ou subdesenvolvidos, restaria assinar um acordo pronto e imposto pela ameaça de perda do investimento externo.²³¹

Apesar dos esforços para manter-se distante do conhecimento público, a difusão dos termos do Acordo impediu esse intento.²³² Convergiram, numa campanha global anti-AMI, organizações não-governamentais, movimentos sociais, ativistas e intelectuais de diferentes locais, ligados às mais diferentes causas. Em fevereiro de 1998, mais de seiscentas ONGs e organizações sociais denunciaram e fizeram pressão contra o AMI. Logo após, em abril do mesmo ano, durante reunião da OCDE em Paris, ativistas de mais de trinta países se uniram em protestos; momento em que os representantes dos países integrantes da OCDE decidiram pela postergação das negociações. Por fim, em outubro, após novas mobilizações e

²²⁹“Nos termos do acordo, os governos nacionais deveriam conferir às empresas transnacionais ‘tratamento nacional’, ou seja, equivalente ou superior ao tratamento dado às empresas domésticas. O AMI previa a supressão, nos países signatários, da possibilidade de expropriação sem indenização, de restrições à remessa de lucros, de incentivos especiais às empresas domésticas, enfim, do direito soberano de os governos nacionais decidirem o que e onde deve ser investido. Os investidores estrangeiros teriam o direito a uma compensação sempre que alguma lei de proteção ambiental, social ou trabalhista, acarretasse ‘perda de patrimônio’ ou limitasse a possibilidade de obtenção de lucros, mesmo que futuros, o que seria considerado uma ‘expropriação indireta’. Neste caso, o investidor estrangeiro recorrerá a um tribunal internacional de comércio, por cima dos Estados nacionais, para exigir indenização, a ser paga pelos contribuintes do país em questão. O julgamento em tais tribunais seria sigiloso e sem audiência pública.” In: VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 192.

²³⁰ Idem, p. 191 e 193.

²³¹ Idem, p. 192.

²³² Ver o site: <<http://www.citizen.org>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

protestos, anunciaram publicamente a suspensão das negociações dos termos do Acordo.²³³

Seoane e Taddei concluem que essa campanha deixa como ensinamento “a possibilidade de se conseguir uma modificação das relações de forças mesmo com modestos recursos, através da mobilização e da articulação de vastos setores da população, apelando para as redes associativas.”²³⁴

Pouco tempo depois, no início de 1999, a sociedade civil global começou a se articular numa nova campanha, dessa vez opondo-se à convocatória da Organização Mundial do Comércio para lançamento da Rodada do Milênio. Uma verdadeira preparação antecedeu a denominada “batalha de Seattle”.²³⁵ Organizações não-governamentais, movimentos sociais, ativistas, intelectuais, instituições de pesquisa e fundações do mundo inteiro participaram da difusão do documento que declarou oposição à constituição de um mercado global e convidou a sociedade civil a “parar a Rodada da OMC”. No mês de agosto, já contavam cerca de oitocentas adesões provenientes de mais de setenta países do mundo. Além disso, debates, conferências e seminários organizados previamente em vários pontos do planeta “contribuíram para difundir a problemática do livre comércio e prepararam os espíritos militantes.”²³⁶

A partir de 26 de novembro, começaram a chegar e a se organizar na cidade de Seattle parte das cinquenta mil pessoas – entre elas estudantes, feministas, camponeses, agricultores, ativistas de direitos humanos, militantes sindicais – que, mais tarde, se juntariam em marcha pelas ruas e impediriam a realização da reunião de abertura da Rodada do Milênio, marcada para o dia 30 daquele mês. Não obstante, a Rodada aconteceu. No seu interior, avolumaram-se os impasses e no seu exterior, os protestos e a repressão policial.²³⁷ Vários fatores levaram ao impasse nas negociações, impossibilitando que, naquele momento,

²³³ SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Op. cit., p. 157-158.

²³⁴ Idem, p. 158.

²³⁵ “Seattle é impensável sem as lutas prévias e sua súbita ‘irrupção midiática’ contrasta com o amplo e metódico trabalho militante realizado há meses ‘para surpreender o mundo e adiantar a chegada do milênio’.” In: Idem, p. 164.

²³⁶ Idem, p. 161-162.

²³⁷ Idem, p. 162 e VIEIRA, Liszt. Op. cit., p. 100-102.

fosse dado um novo passo rumo à liberalização do comércio global.²³⁸ Contudo, é importante citar, dentre eles, as reclamações e descontentamentos dos representantes dos países pobres e subdesenvolvidos. Como que fazendo ressoar no interior da Conferência as vozes em protesto, já difusas pelo mundo inteiro devido à ação maciça da mídia, suas delegações opuseram-se aos termos dos países desenvolvidos e às desigualdades no processo de negociação.²³⁹

Em 2000 e nos anos subsequentes, impulsionadas pelo impacto do movimento organizado em Seattle, as ações globais de resistência adquiriram nova força. Na perspectiva de Seoane e Taddei, é possível observar “uma consolidação na coordenação entre os diferentes movimentos e organizações.”²⁴⁰ Diante disso, apontam os autores, “[o]s protestos se intensificam e se expandem geograficamente a todos os continentes; o arco social que neles participavam parece ampliar-se e enriquecer-se em suas reivindicações e propostas.”²⁴¹

Em janeiro de 2001, foi realizado o Primeiro Fórum Social Mundial²⁴², na cidade de Porto Alegre. Um resultado inequívoco da coordenação consolidada entre os diferentes movimentos e organizações que, na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, se apresenta como “uma das mais consistentes manifestações de uma sociedade civil global contra-hegemônica e subalterna em vias de surgimento.”²⁴³ A concretização desse movimento que, ininterruptamente, chega ao a 2010, aponta para a existência de um espaço genuinamente *desde baixo*, dentro do qual é possível unir as diversas e, às vezes, dispersas forças sociais que compõem o processo de globalização *desde baixo*, indo além das mobilizações

²³⁸ Ver: BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Doha. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 19-20.

²³⁹ Idem, p. 19.

²⁴⁰ SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Op. cit., p. 168.

²⁴¹ Idem, ibidem.

²⁴² “O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. [...] Se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização.” Ver: O que é o Fórum Social Mundial? Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

²⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p. 415.

pontuais e formulando conjuntamente as alternativas que ainda estão por serem construídas. Sob pena de transformar os movimentos de reação que compõem a sociedade civil global num grupo amorfo e fragmentado, ao qual é destinada a eterna mobilização.²⁴⁴

Em realidade, essa se apresenta como a principal crítica de Richard Falk. Após desenvolver considerações sobre a formação e atuação da sociedade civil global, e do seu fortalecimento como um contra projeto à ordem dominante, o autor discute a insuficiência das respostas oferecidas, indicando que até o momento as forças da sociedade civil global têm sido incapazes de se oporem de modo relevante ao Estado e ao cenário de *apartheid* global.²⁴⁵ Para Falk, a ausência de uma postura crítica clara e homogênea perante a globalização *desde cima* que possibilite aos atores da globalização *desde baixo* unirem-se em torno de um programa alternativo comum²⁴⁶, comparável em sua coerência e viabilidade à proposta neoliberal, apresenta-se como o principal fator responsável pela oposição ainda insuficiente e incapaz de promover as transformações necessárias.²⁴⁷

A apresentação, neste momento, das críticas à atuação da sociedade civil global realizadas por Richard Falk tem dupla finalidade. Por um lado, sempre dentro dos limites estabelecidos para a pesquisa, busca-se retratar de modo fiel e completo o pensamento do autor, que reconhece a importância das iniciativas, mas também enxerga os limites atuais da resistência. Por outro, considera-se pertinente elencar, no final deste tópico, o principal desafio das forças que compõem a sociedade civil

²⁴⁴ Ver críticas em: FÓRUM tem início sob a marca da divergência. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2010. Caderno Nacional, p. A8.; SEM marcha nem documento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 fev. 2010. Caderno Notas e Informações, p. A3.

²⁴⁵ FALK, Richard. **La globalización depredadora**: una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 48.

²⁴⁶ “As perspectivas e prioridades da globalização desde cima estão sendo questionadas de diferentes maneiras, porém em geral de modo fragmentário. A pretensão do tópico seguinte consiste em instar a uma mobilização das agora dispersas forças da globalização desde baixo para que adquiram maior solidez e peso político. Estou convencido de que o mais provável é que dita mobilização se produza sob a bandeira da democracia, porém uma democracia reformulada em relação com a aspiração básica dos povos de todo o mundo de participar nos processos que não de dar forma a suas vidas.” No original: “Las perspectivas y prioridades de la globalización desde arriba están siendo cuestionadas de diferentes maneras, pero en general de manera fragmentaria. La pretensión del apartado final es instar a una movilización de las ahora dispersas fuerzas de la globalización desde abajo para que adquirieran una mayor solidez y peso político. Estoy convencido de que lo más probable es que dicha movilización se produzca bajo la bandera de la democracia, pero una democracia reformulada en relación con la aspiración básica de los pueblos de todo el mundo de participar en los procesos que han de dar forma a sus vidas.” In: Idem, p. 213.

²⁴⁷ Idem, p. 212.

global, tendo em conta que a crítica evidencia novamente a heterogeneidade característica desse campo social e a adoção de diversificadas posturas diante do fenómeno da globalização *desde cima*. Parece inequívoca a necessidade de que todos falem a mesma língua.

Não obstante, enquanto essa realidade não se apresenta, as tentativas não devem ser desconsideradas. Pois, o exercício do diálogo, as trocas de experiência e as oportunidades de convivência e cooperação contêm em si o potencial para compor as diferenças e constituir um movimento de resistência sólido e coeso, capaz de alterar a ordem vigente. Além disso, ante os desafios que se lhes apresentam na luta contra os efeitos negativos gerados pelo fenómeno da globalização *desde cima*, as forças da globalização *desde baixo* devem levar em conta as três lições básicas deixadas pelo próprio neoliberalismo. Segundo Perry Anderson, a primeira delas consiste em “não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo”; a segunda, em “não transigir em idéias, não aceitar nenhuma diluição de princípios”; e a terceira, em “não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável.”²⁴⁸

Na sequência passa-se a abordar sobre a importância do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação pelos grupos da sociedade civil global, como instrumento capaz de ampliar o diálogo e a troca de experiências, e ainda, compor uma estrutura de ação fundada no poder das redes tecnológicas. Trata-se, em síntese, de pensar nessas redes como instrumento a serviço da consolidação da globalização *desde baixo*.²⁴⁹

²⁴⁸ ANDERSON, Perry. Além do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 197-198.

²⁴⁹ “A própria estrutura em rede do poder político-econômico obriga que as demandas e reivindicações se organizem em um conjunto de iniciativas, também em rede, que impulsionam novas dinâmicas que conectam o local com o global”. No original: “La propia estructura en red del entramado de poder político económico obliga a que las demandas y reivindicaciones se organicen en un racimo de iniciativas, también en red, que impulsan nuevas dinámicas que conectan lo local con lo global.” In: ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. **Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización**. Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005. p. 37.

3.3 A rede tecnológica como adequado instrumento de resistência

A importância basilar das redes tecnológicas consiste no fato de que elas servem igualmente a todos os setores da sociedade. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que compõem a estrutura sobre a qual assenta o fenômeno da globalização *desde cima*, abrem espaço para novos fluxos, orientados segundo outros interesses e objetivos, e permitem a articulação de relações sociais distintas daquelas voltadas para a produção e o comércio. O seu uso, por parte dos atores da sociedade civil global, faz surgir nova forma de articulação social e novo tipo de ação política, que encontram no espaço virtual o seu principal campo de manifestação.²⁵⁰

O conjunto de iniciativas e ações globais apresentado no tópico anterior decorre, guardadas as particularidades, da mesma dinâmica que permitiu às forças produtivas, ao comércio e ao consumo romperem fronteiras e se globalizarem – o que teria sido uma realidade muito limitada sem a infra-estrutura proporcionada pelas novas tecnologias. No mundo contemporâneo, a comunicação, o diálogo, a troca de experiências e informações e a coordenação de práticas conjuntas entre grupos da sociedade civil global acontecem, sem limite de tempo e espaço, graças à Internet e a outros meios de comunicação instantânea. E, para além disso, pode-se afirmar que os resultados vitoriosos alcançados são inequivocamente influenciados pelo acesso instantâneo à informação e pela mobilização em massa que o mesmo é capaz de gerar.

A causa zapatista repercutiu globalmente devido à estratégia de ação envolvendo o uso das mídias alternativas e da Internet. Dessa forma, os integrantes do movimento puderam construir canais autônomos de comunicação, a partir dos quais difundiram sua imagem e transmitiram sua mensagem à sociedade mexicana e ao mundo.²⁵¹ Essa estratégia garantiu a veiculação de informações de modo

²⁵⁰ Ver, sobre o tema, pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito: GONÇALVES, Cinthya Andrade de Paiva. **Os usos políticos do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2001.

²⁵¹ “[...] quando a Internet começou a ser utilizada pelos zapatistas, foram incorporados dois elementos inovadores surgidos nos anos 90: a criação da *La Neta*, uma rede alternativa de comunicação computadorizada no México e em Chiapas, e sua utilização por grupos femininos (principalmente pelo ‘*De mujer a mujer*’) para conectarem as ONGs de Chiapas com as demais

quase instantâneo, sem que houvesse qualquer deturpação ou ocultação dos fatos por parte da grande mídia, resultando na criação de uma rede mundial de apoio e solidariedade que impediu o uso da repressão por parte do governo mexicano, forçando-o a negociar.²⁵²

A ação zapatista e a rede mundial de resistência originada ao seu redor deixaram como exemplo a possibilidade de concretizar algo que, segundo Richard Falk, é necessário no atual contexto histórico. Trata-se da urgente recuperação de algum equilíbrio nas relações entre o Estado, o povo e o capital, a partir da pressão exercida pela sociedade civil global sobre os próprios Estados, para que redirecionem suas políticas e recuperem o controle sobre o rumo tomado pelo processo de globalização *desde cima*.²⁵³ De fato, seria equivocado afirmar que esse equilíbrio se encontra restabelecido no México. Contudo, as conquistas do zapatismo constituem uma evidência de que é possível alcançá-lo. E, ainda que a evidência de uma possibilidade não seja suficiente, como primeiro passo parece fundamental.

Do mesmo modo, graças ao acesso instantâneo à informação, o mundo pôde tomar conhecimento da existência de negociações em torno de um Acordo Multilateral de Investimentos. E mais do que isso, pôde dialogar e convergir numa campanha global de oposição. Campanha essa que contou com a presença física de ativistas, integrantes de movimentos sociais e representantes de ONGs nos locais em que foram realizadas as reuniões para negociação do Acordo, como importante fator responsável pelo seu êxito. Mas, que dificilmente se realizaria, ou alcançaria a dimensão necessária, sem a estrutura fornecida pelas redes tecnológicas.

Ainda, a mobilização em Seattle é paradigmática no que diz respeito à capacidade de comunicação, interação e cooperação da sociedade civil global via

mulheres do México, como também com outras redes acessadas por mulheres nos EUA.” In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2. p. 104-105.

²⁵² CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 103-106.

²⁵³ “Se diría que somente fazendo o aprovisionamento de toda una variedad de pressões sociais transnacionais sobre os Estados do mundo, se poderia alterar a equação política até o ponto em que o Estado pudesse recuperar sua autonomia em relação à economia mundial.” No original: “Se diría que sólo haciendo acopio de toda una variedad de presiones sociales transnacionales sobre los Estados del mundo se podría alterar la ecuación política hasta el punto en que el Estado pudiera recuperar su autonomía respecto a la economía mundial.” In: FALK, Richard. **La globalización depredadora: una crítica**. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 3.

Internet. Grande parte de sua preparação, envolvendo a difusão de documentos e as convocatórias que culminaram na junção de cerca de cinquenta mil pessoas em marcha pelas ruas da cidade, deu-se no espaço virtual.

A vantagem de atuar nesse espaço, é que ele permite às ações coletivas e aos movimentos sociais inimaginável liberdade e autonomia.²⁵⁴ Desse modo, há a possibilidade de “ser diverso e coordenado ao mesmo tempo, engajar-se num debate permanente sem contudo ser paralisado por ele, já que cada um dos seus nós pode reconfigurar uma rede de suas afinidades e objetivos, com superposições parciais e conexões múltiplas.”²⁵⁵ Além disso, as vozes críticas que convergem via rede eletrônica, ou seja, baseadas na Internet, não podem ser desarticuladas, aprisionadas e tampouco sofrer qualquer tipo de agressão ou repressão por parte do aparato estatal; diferentemente do que, muitas vezes, se observa em campanhas, manifestações e atos de protesto. Nesse sentido, conforme afirma Manuel Castells, são livres, nadam como um peixe na rede.²⁵⁶

Verifica-se, com os exemplos citados – ação zapatista, manifestações contra o AMI e mobilização em Seattle –, que é possível colher resultados concretos com uma estrutura de ação fundada no poder das redes tecnológicas. Todavia, embora seja esse, de fato, um forte indicativo do potencial dessas redes como adequado instrumento de resistência, a importância do uso dessa estrutura pela sociedade civil global não está vinculada, tão somente, ao alcance de resultados concretos. Mas abrange também o fato de possibilitar a concretização de um conjunto muito amplo de iniciativas, que por sua vez, vem dando forma a um processo de globalização *desde baixo*.

Desse modo, mesmo que os resultados vitoriosos abarquem situações conjunturais, e as respostas oferecidas pela sociedade civil global ainda se mostrem insuficientes para promover as mudanças necessárias, as redes tecnológicas

²⁵⁴ “A Internet, ao permitir a comunicação de muitos para muitos, contém um potencial revolucionário, na medida em que, através dela, os cidadãos e os movimentos sociais de todo o mundo podem pôr-se em contato e comunicar-se com autonomia em relação às mensagens oficiais dos governos, das organizações políticas tradicionais e dos grandes media globais.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p. 308.

²⁵⁵ CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 118.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*.

fornececeram a base estrutural para o início de um movimento questionador, que parece irreversível.²⁵⁷

²⁵⁷ Ver estudos empíricos sobre o uso da rede tecnológica como instrumento responsável por aumentar a visibilidade dos movimentos de resistência, e potencializar suas ações políticas, em: SOUZA, Marcio Vieira de. **Redes informatizadas de comunicação**: a teia da rede internacional DPH. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2002.; PRUDÊNCIO. Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista**: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, com a realização deste estudo, que o fenômeno da globalização apresenta-se como um processo em construção. Seus antecedentes percorreram a história da humanidade até chegar ao potencial integrador dos dias atuais, encontrando-se amplamente arraigado e parecendo irreversível.

Contemporaneamente, a globalização não se revela como tendência genuinamente maléfica para as sociedades em geral. Ao contrário, carrega consigo potencialidades para garantir o bem-estar da humanidade e do planeta. Nesse sentido, sua capacidade para gerar riquezas poderia oferecer aos indivíduos uma vida digna, e a capacidade tecnológica desenvolvida no seu âmbito poderia favorecer o meio ambiente.

Todavia, não é o que pretende a elite mundial, fiel à ideologia neoliberal. Pelo fato de ser orientado por uma doutrina econômica individualista, cujo egoísmo manifesta-se sem qualquer restrição, tal fenômeno vem sendo responsável por provocar muitos dos problemas sociais existentes, além de criar novas formas de exclusão e conduzir à crescente desintegração social.

Além disso, a ordem vigente conta com poderoso aparato institucional, ocupado com a manutenção de seu *status quo*. Não se trata apenas de empresas transnacionais, grandes capitalistas ou representantes de Estado, mas de instituições como, por exemplo, a Organização Internacional do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, buscando dar garantias à reprodução de um sistema global aparentemente inalterável.

Em razão disso, é pertinente tecer considerações finais sobre os distintos pontos de vista de Jean Cohen e Richard Falk. Ainda que o presente trabalho siga a perspectiva de Falk para realizar o estudo da sociedade civil global como possibilidade de resistência à globalização *desde cima*, é necessário levar em consideração os apontamentos feitos por Jean Cohen.

Primeiro porque não se apresentam como posições excludentes, mas complementares. Se Jean Cohen manifesta-se por direitos de participação e tomada de decisões nas instituições internacionais, Richard Falk salienta, em especial, a capacidade de mobilização da opinião pública mundial e o exercício de influência sobre a política internacional, como elementos necessários a uma efetiva resistência global. Em síntese, partindo de bases analíticas diversas, ambos pretendem o mesmo objetivo: uma política internacional democrática e cidadã.

Segundo porque também devem se concretizar no seio da sociedade civil global lutas pela abertura de canais participativos e pela criação de uma base institucional garantidora e legitimadora das ações sociais. O que significa tanto lutar pela transformação estrutural das instituições – Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – como pela inclusão da sociedade civil nesse nível decisório. No entanto, enquanto essa realidade não se apresentar, as tentativas não devem ser desconsideradas.

Desse modo, conclui-se pela necessidade de visualizar a capacidade de ação da sociedade civil global para além das vias formais, em consonância com as noções de Richard Falk. E pensar na realidade das ações articuladas globalmente em rede como responsáveis pela consolidação de um corpo de resistência, cujo papel fundamental consistiria em influenciar a revisão das linhas mestras conducentes do processo de globalização *desde cima*.

Nesse sentido, e no tocante à hipótese apresentada à presente investigação, para resistir de modo efetivo aos resultados de pobreza e exclusão social gerados pela globalização *desde cima*, a sociedade civil global deverá solidificar suas ações com base no poder das redes tecnológicas, utilizando do mesmo instrumento que permitiu às forças produtivas e ao comércio romper fronteiras e se globalizarem. Podendo, dessa forma, consolidar o primeiro passo da resistência efetiva, ainda que talvez não o único e suficiente para promover as transformações necessárias.

REFERÊNCIAS

A DAMA de ferro. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 1053-1059.

ANDERSON, Perry. Além do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 197-202.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura, 2000.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 149-182.

BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Doha. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 9-26.

BARRAL, Welber; PRAZERES, Tatiana. Solução de controvérsias. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 27-45.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 2. ed. São Paulo: PEDEX, 1994.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança global**: uma abordagem conceitual e normativa das relações internacionais em um cenário de interdependência e globalização. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2007.

BOXBERGER, Gerald e KLIMENTA, Harald. **As dez mentiras da globalização**. Tradução de Inês Antônio Lohbauer. São Paulo: Aquariana, 1999.

BRASKEM será sócia da Petrobrás no Comperj e na Petroquímica Suape. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2010. Caderno Economia, p. B4.

CADOZ, Claude. **Realidade virtual**. Tradução de Paulo Goya. São Paulo: Ática. 1997.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1.

_____. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2.

CARVALHO, Getúlio. **Multinacionais**: os limites da soberania. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

CAVALCANTE, Lia Freitas. **Tensões e interações entre Estado e sociedade civil**: uma possibilidade de ressignificação da esfera pública. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSAN e Shell se unem para tornar o etanol um combustível global. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 fev. 2010. Caderno Negócios, p. B11.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. p. 419-459. Também disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na Era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na Era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-261.

DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. O FMI e as condicionalidades para a concessão de assistência financeira: meios para difusão das políticas neoliberais.

Estudos de Direito Internacional: anais do 6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2008. v. XIV. p. 37-45.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades:** mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara; OROZCO, Kamala. **Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización.** Madrid: Catarata/Universidad Complutense Madrid, 2005.

FALABRETTI, Ericson Flávio. Sociedade civil: o lugar e a face dos conflitos. **Revista de Filosofia,** Curitiba: Champagnat. v. 20. n. 26, jan.- jun. 2008. p. 27-38.

FALK, Richard. **La globalización depredadora:** una crítica. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

FERRER, Aldo. **Historia de la globalización:** orígenes del orden econômico mundial. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. **Historia de la globalización II: la revolución industrial y el segundo orden mundial.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS, V Assembléia Plenária, 2006, Bogotá. **Estratégias de redução da pobreza e da desigualdade na América Latina e no Caribe.** Banco Interamericano de Desenvolvimento, Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Divisão de Programas Sociais, 2006.

FÓRUM tem início sob a marca da divergência. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2010. Caderno Nacional, p. A8.

GACITÚA, Estanislao; SOJO, Carlos; DAVIS, Shelton. **Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina.** San José, C.R: FLACSO: Banco Mundial, 2000. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2007/05/30/000020953_20070530135232/Rendered/PDF/364070SPANISH017716811101401PUBLIC1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2009.

GONÇALVEZ, Cinthya Andrade de Paiva. **Os usos políticos do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2001.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século - 1480-1520:** as origens da globalização. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão.** Tradução de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

_____. **Os fundamentos da liberdade.** Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

HINKELAMMERT, Franz Josef. **Crítica à razão utópica.** Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções:** Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **A era dos extremos:** o breve século XX - 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Do liberalismo ao neoliberalismo:** o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). **Resistências mundiais:** de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 89-98.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23.

INTERNACIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) **Unemployment, informality and inactivity menace young people in Latin America and the Caribbean.** Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). **What is "conditionality" and why is it necessary?** Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina**: o debate adiado. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2000.

KRAFT compra a Cadbury por US\$ 19,5 bi. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2010. Caderno Negócios, p. B12.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Globalização, regionalização e soberania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul.-dez. 2007. p. 248-285.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**: o assalto à democracia e ao bem-estar social. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999.

MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda. **Revista Economia-Ensaio**, Uberlândia, 16(2)/17(1). jul.-dez. 2001. p. 77-101.

_____. **Pobreza na América Latina:** heterogeneidade e diferenças intra-regionais. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 29 out. 2009.

McCHESNEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MELO, Andréa Sabbaga de. **O Brasil, a dependência e o Fundo Monetário Internacional:** perspectiva crítica à luz das cartas de intenções do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2006.

MENDES, Valdenésio Aduci. **Alcances e limites do conceito de sociedade civil em Antonio Gramsci.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2006.

NOVA Braskem vira 8ª maior petroquímica do mundo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2010. Caderno Economia, p. B3.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE) **Employment Outlook – 1989-2008.** Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Employment Outlook 2009.** Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Economic Outlook nº 86, November 2009**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIOR. Arno (Org.). **Direito Internacional Econômico em expansão: desafios e dilemas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 843-951.

_____. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. **Teorias Globais e suas revoluções: elementos e estruturas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 1.

_____. **Teorias Globais e suas revoluções: fragmentações do mundo**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 3.

_____. **Teorias Globais e suas revoluções: impérios de poder e modos de produção**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 2.

OLSSON, Giovanni. **Poder político e sociedade internacional contemporânea: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2007.

OSBORNE, Adam. **A nova revolução industrial na era dos computadores**. Tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: McGraw-Hill, 1984.

O THATCHERISMO como doutrina. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 993-999.

PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Tradução de Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil “institucionalizada”. **Política e Sociedade**, Florianópolis. n. 5, out. 2004. p. 99-115.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho escolhido pelo Brasil. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista**: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2006.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst Otto (Org.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SANTOS, Ângela Moulin Penalva. Globalização econômica e financeira na América Latina: a inserção das economias latino-americanas na nova ordem econômica. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Seminário Internacional globalização na América Latina: integração solidária**. Brasília, 1997. p. 51-98.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Los nuevos movimientos sociales**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS JÚNIOR, RAIMUNDO BATISTA DOS. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2010.

SEM marcha nem documento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2010. Caderno Notas e Informações, p. A3.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 149-185.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, jan.-abr. 2006. p. 109-130. Disponível também em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 29-50.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis. n. 5, out. 2004. p. 19.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Org.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 149-185.

SOUZA, Vinicius Menandro Evangelista de. **A influência das políticas neoliberais do FMI ao novo regime de insolvência empresarial brasileiro**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2007.

SOUZA, Marcio Vieira de. **As vozes do silêncio de uma rede de redes**: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 1995.

_____. **Redes informatizadas de comunicação**: a teia da rede internacional DPH. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2002.

TOYNBEE, Arnold J. **Helenismo**: história de uma civilização. Tradução de Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

WORLD BANK. **Informality in LAC – A Barrier to Growth and Social Welfare**. Disponível em: <[http:// www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)>. Acesso em: 22 nov. 2009.

WORLD BANK. **The Social Impact of Adjustment Operations: an overview**. Report nº 14776. jun. 1995. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>> Acesso em: 22 nov. 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Marrakesh Agreement Establishing The World Trade Organization**. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Understanding the WTO**: Members and Observers. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Sites pesquisados:

<http://www.ces.uc.pt>

<http://www.citizen.org>

<http://www.forumsocialmundial.org.br>

<http://www.iela.ufsc.br>

<http://www.ilo.org>

<http://www.imf.org>

<http://www.montpelerin.org>

<http://www.oecd.org>

<http://www.worldbank.org>

<http://www.wto.org>